Fundado em
15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador:
Edmundo Bittencourt

EDIÇÃO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, Segunda-feira, 16 de Novembro de 2026 | www.correiodamanha.com.br | Ano CXXV Nº 25.144 | R$ 4,00

A reinvenção do alcaide Cavaliere de olho na reeleição em 2027 passa pelo protagonismo no Réveillon e Carnaval

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Centrão amplia pressão por espaço no governo Lula

Caciques esperam a volta do presidente para discutir como entrarão na base

PÁGINA 6

JORDY: "O STF USA SUA COMPETÊNCIA CRIMINAL COMO CHANTAGEM"

Em entrevista ao jornalista Ricardo Bruno, no programa Agenda do Poder, gravado nos estúdios do Correio da Manhã, no Rio, o senador eleito Carlos Jordy (PL), com 3,9 milhões de votos, fala sobre sua trajetória política e desafios do mandato e acusa o Supremo de usar sua competência criminal como chantagem contra parlamentares, além de apresentar suas perspectivas para o Estado do Rio.

PÁGINA 16

CM



O parlamentar Carlos Jordy (PL) e o jornalista Ricardo Bruno nos estúdios do Correio da Manhã, no Rio

Garagem da Turp é retomada em Petrópolis

A Prefeitura de Petrópolis retomou, na manhã do último sábado (14), a posse da antiga garagem da Turp, no km 61,8 da BR-040.

PÁGINA 11

Rio confirma primeira morte por mpox no país em 2026

A vítima era moradora da capital, mas não teve a identidade divulgada. A Secretaria de Saúde contabiliza 382 casos da doença em 2026.

PÁGINA 10

DIVULGAÇÃO



Recém-reaberto ao público, o **imponente Cine Odeon, na Cinelândia,** é o carro-chefe de um **amplo programa municipal de revitalização dos cinemas de rua,** capitaneado pela RioFilme. **Seu presidente, Leonardo Edde, fala ao Correio dos planos da empresa municipal que zela pela saúde audiovisual dos cariocas** para reanimar salas de exibição pelas Zonas Norte e Oeste.

Págs. 2 e 3

Ações da CSN caem após resultados do 3º trimestre

O mercado reagiu negativamente ao balanço da CSN referente ao terceiro trimestre de 2026. Na sexta-feira (13), os papéis da siderúrgica recuaram 12,06%.

PÁGINA 13

Douglas Ruas anuncia chefe da Educação nesta segunda

Após anunciar os nomes que comandarão a cúpula da Segurança do Estado, o governador eleito Douglas Ruas anuncia agora o nome do novo secretário de Estado de Educação.

BASTIDORES - PÁGINA 5

Carmém Lúcia acusa Bolsonaro de censura

Ministra do STF diz que o ex-presidente violou liberdade de imprensa ao bloquear mais de 60 jornalistas.

CAPPELLI - PÁGINA 2

ESPORTE

ANCELOTTI VALORIZA "PODER DE REAÇÃO" DOS JOGADORES

PÁGINA 15

INTERNACIONAL

MILEI CONFIRMA QUE VAI CONCORRER À REELEIÇÃO

PÁGINA 14



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Cármen Lúcia diz que Bolsonaro violou liberdade de imprensa ao bloquear 65 jornalistas

A ministra Cármen Lúcia (STF) afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro violou a liberdade de imprensa ao bloquear 65 jornalistas em sua conta no antigo Twitter, atual X, durante o mandato presidencial. Em decisão assinada nesta quinta-feira (12), a magistrada reconheceu que a conduta contrariava garantias constitucionais, mas encerrou a ação porque Bolsonaro deixou a Presidência da República.

O processo foi apresentado em julho de 2021 pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que identificou o bloqueio de 65 profissionais desde 2018, dos quais 13 apenas em 2021. A entidade argumentou que Bolsonaro utilizava a rede social para divulgar atos de governo e, por isso, não poderia restringir o acesso de jornalistas às publicações.

Na decisão, Cármen Lúcia afirmou que o uso de uma conta pessoal por uma autoridade pública para divulgar informações governamentais não afasta as obrigações constitucionais relacionadas à transparência e ao acesso à informação.

FÁBIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



O ex-presidente Jair Bolsonaro bloqueou 65 jornalistas na plataforma X, o antigo Twitter

"O ato de bloquear jornalistas por perfil em rede social pelo Presidente da República em exercício ofende a garantia constitucional à liberdade de imprensa e ao direito de informar e ser informado", escreveu a ministra.

Cármen Lúcia também criticou a possibilidade de governantes selecionarem quem pode acompanhar suas manifestações públicas com base em preferências políticas.

"Por gosto ou desgosto ideológico ou político, não se afasta do debate público o cidadão", afirmou.

Apesar desse entendimento, a ministra considerou que a ação perdeu seu objeto porque Bolsonaro não ocupa mais a Presidência desde janeiro de 2023. Segundo ela, a conta utilizada para os bloqueios era pessoal e deixou de estar vinculada ao exercício do cargo.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) havia defendido que as publicações feitas na conta pessoal de Bolsonaro não constituíam atos administrativos e, portanto, não poderiam ser questionadas por meio de mandado de segurança.

Ao encerrar o processo, Cármen Lúcia não determinou o desbloqueio dos jornalistas. A ministra ordenou a certificação do trânsito em julgado e a baixa dos autos, encerrando a tramitação da ação apresentada pela Abraji.

CELESTE LEITE DOS SANTOS

Promotora de Justiça em último grau do Colégio Recursal do Ministério Público de São Paulo

Os desafios do Judiciário na paridade entre homens e mulheres nos postos de comando

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 94, reserva um quinto das vagas em determinados tribunais do País a membros do Ministério Público (MP) e a advogados. Conhecida como Quinto Constitucional, a regra exige dos candidatos notável saber jurídico e reputação ilibada. Tal mecanismo, porém, tem operado como instrumento de reprodução das desigualdades e de exclusão das mulheres dos espaços de cúpula do Poder Judiciário.

Explico melhor: as listas sêxtuplas e tríplices destinadas ao preenchimento destas vagas elaboradas a partir das indicações do próprio MP e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) permanecem predominantemente masculinas. O resultado é a sub-representação feminina nos órgãos da Justiça. Em diversos tribunais, ao longo de décadas de nomeações sob a égide do artigo 94, sequer uma mulher foi contemplada.

A alternância de gênero nas indicações não pode ser vista como um favor, uma gentileza, mas, sim, como decorrência do princípio da igualdade material, consagrado na Carta Magna — especialmente nos artigos 5º, inciso I, e 37º — e em compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, ao longo de sua história.

Neste sentido, a resolução 525/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece que, nos tribunais em que as mulheres representem menos de 40% dos desembargadores, as promoções por merecimento devem alternar entre listas mistas e relações exclusivas de mulheres, até que se alcance a faixa de 40% a 60% de representação de cada gênero.

Já em vigor, a norma produz efeitos concretos, tanto que o próprio CNJ suspendeu promoções em desacordo com suas disposições. Ocorre que esta regra não alcança o 5º Constitucional - lacuna evidenciada pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1.338, pendente de apreciação no Supremo Tribunal Federal (STF), bem como por pedidos recentes apresentados ao CNJ para estender a alternância às vagas destinadas à Advocacia, ao MP e à Justiça Eleitoral.

Penso que a Resolução do CNJ poderia avançar em três direções: 1) estender expressamente o mecanismo às listas tríplices e sêxtuplas, em articulação com a OAB e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); 2) exigir transparência e publicidade dos dados relativos a candidaturas, habilitações e nomeações, com recorte de gênero; e 3) estabelecer mecanismos de monitoramento e de revisão periódica das metas.

O Conselho Federal da OAB, que já discute a atualização do provimento 102/2004, dispõe de instrumento próprio para instituir a alternância na formação das listas sêxtuplas. A experiência da Ordem dos Advogados da Bahia, que adotou critérios de paridade de gênero e de equidade racial na composição da lista sêxtupla destinada ao Tribunal de Justiça (TJ) baiano, demonstra que tal prática é, sim, viável.

Aplicar os princípios da resolução 525/2023 às listas do 5º Constitucional não significa invadir competências das entidades envolvidas - é conferir coerência à interpretação do princípio da Carta Magna quanto à igualdade e ao que já é adotado pelo próprio CNJ. Trata-se, portanto, de evitar que o mesmo Sistema de Justiça aplique critérios distintos a carreiras que, embora diferentes, estão submetidas à mesma disciplina constitucional do artigo 94.

Cabe destacar, em meio a este cenário, iniciativa exemplar do Superior Tribunal Militar (STM). Sob a liderança de Maria Elizabeth Rocha, ministra-presidente; de Amini Haddad Campos, juíza auxiliar da Presidência; e de Mariana Borges Ferrer Ferreira, assessora da Presidência; entre outras notáveis, o Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União (JMU) instituiu Comissão Interinstitucional destinada à elaboração da Carta de Referência do Pacto Nacional pela Paridade.

A iniciativa reúne grupos de trabalho dedicados à construção de indicadores, ao desenho institucional e ao enfrentamento do lawfare de gênero - uso abusivo de instrumentos jurídicos para afastar mulheres de espaços de poder.

Assinada em 20 de agosto de 2026, durante evento que marcou os cinco anos da Lei Mariana Ferrer (14.245), a Carta pela Paridade transforma a igualdade em compromisso institucional e política de Estado.

Cabe, agora, ao MP e à Advocacia darem o próximo passo: adotar a alternância na composição de suas listas, conferir transparência aos critérios e aos dados, e reconhecer a equivalência não como ameaça ao mérito, mas, sim, como condição digna, moderna e com ressonância ao que já acontece felizmente em outras partes do mundo.

O legado do STM aponta o caminho: quando a igualdade se institucionaliza, deixa esta de depender da boa vontade de quem compõe cada lista e passa a constituir padrão de atuação do próprio Sistema de Justiça.



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

PINGA-FOGO

■ **A REINVENÇÃO DO ALCAIDE CAVALIERE DE OLHO NA REELEIÇÃO EM 2027 PASSA PELO PROTAGONISMO NO RÉVEILLON E CARNAVAL - Já começou o processo de reinvenção da imagem do prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere, de olho no processo de reeleição em 2028, já que ele tinha como um dos pilares a vitória de Eduardo Paes ao governo do estado. A ideia é uma aproximação maior do rapaz com o presidente Lula, afinal, diferente de Paes, o prefeito esteve em todos os eventos de campanha de reeleição.**

■ Sem o governo do Estado do Rio, o prefeito Cavaliere espera o apoio do Governo Federal para chegar competitivo à próxima eleição.

■ **RÉVEILLON DE CAVALIERE TERÁ JANJA E LULA, ALÉM DE CONVIDADOS INTERNACIONAIS - De olho na sua reeleição e com Eduardo Paes recolhido depois da derrota para governador, o primeiro passo da campanha de reeleição será o Réveillon 2026/2027. Não será como se imaginava, mas a ideia é a Riotur preparar um super evento ainda maior do que foi a última edição.**

■ Como a posse do novo mandato de Lula só ocorrerá no dia 05, a ideia é que Eduardo Cavaliere receba o casal Janja e Lula na virada do ano, além dos principais ministros que serão empossados.

■ **Nas entrevistas e coletivas, a ordem será colocar o próprio prefeito como protagonista da maior festa de virada de ano do planeta.**

■ A ideia da prefeitura é atrair para o Réveillon de Copacabana os convidados internacionais que virão ao Brasil para a posse de Lula. O espaço que a prefeitura ocupa no Copacabana Palace, com passarela direta para o palco, será ampliado e colocado à disposição do Itamaraty.

■ **A empresa SRCOM, de Abel Gomes e Paulo Cesar (PC) Ferreira, já está trabalhando no planejamento do super Réveillon.**

■ CAMAROTES DA PREFEITURA NA SAPUCAÍ VÃO AJUDAR NA PROJEÇÃO NACIONAL DE EDUARDO CAVALIERE - O trabalho de visibilidade de Eduardo Cavaliere já começou com a capa da última edição da Revista Lide, do grupo de João Doria, apresentando o alcaide carioca ao mercado empresarial em São Paulo. Nos próximos meses ele aceitará todos os convites para eventos empresariais em São Paulo e relacionamento com a mídia econômica.

■ **Outro ponto focal será o uso dos camarotes oficiais da Prefeitura no Carnaval. Será o primeiro Carnaval que terá Cavaliere como anfitrião e ele estará sozinho, já que o governador eleito Douglas Ruas já avisou que não terá o camarote do estado na Sapucaí em 2027.**

■ No camarote do Prefeito haverá a concentração dos convidados institucionais do poder Executivo federal, do Judiciário e Legislativo. O espaço será ampliado e incorpora o setor 7 e 9, além do camarote da Invest. Rio.

Autoridades do STF e do STJ e referência internacional na luta antirracista marcam encontro histórico no Rio

FOTOS ROSANE NAYLOR



Mesa de abertura; a juíza Adriana Cruz, o desembargador Theophilo Antônio Miguel Filho, diretor Centro Cultural Justiça Federal, o ministro STJ Marco Aurélio Bellizze, o presidente do STJ, ministro Luís Felipe Salomão, o presidente do TRF2 desembargador Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, o presidente do STF ministro Luiz Edson Fachin, o ministro Benedito Gonçalves, Corregedor Nacional da Justiça, o ministro do TST Antônio Fabrício de Matos, o desembargador Roque Lucarelli e a juíza Karen Luise Vilanova Batista de Souza



Aula magna do ministro Luiz Edson Fachin



Aula magna do presidente do STJ ministro Luís Felipe Salomão



O desembargador Marco Aurélio Bezerra de Mello, a juíza Eunice Haddad e o ministro Luís Felipe Salomão com os desembargadores Cláudio Brandão e Mauro Martins



O ministro Benedito Gonçalves, o desembargador Federal Theophilo Antônio Miguel Filho com os ministros Luiz Edson Fachin e Luís Felipe Salomão



O ministro Luiz Edson Fachin, presidente do STF com o ministro Benedito Gonçalves, Corregedor Nacional de Justiça



O ministro Luiz Edson Fachin com a juíza Adriana Cruz



Os ministros Luiz Edson Fachin e Luís Felipe Salomão



O Centro Cultural da Justiça Federal esteve lotado



O ministro Luis Felipe Salomão com as juízas Karen Luise Vilanova Batista de Souza, Adriana Cruz e Eunice Haddad com o desembargador Mauro Martins

No mês da Consciência Negra, o Rio de Janeiro foi sede da 9ª edição do Encontro Nacional de Juízas e Juízes Negros (Enajun), reunindo magistrados e especialistas para debater e formular estratégias contra o racismo estrutural no sistema de Justiça, em uma programação com o tema "Avanços, Impactos e Desafios para a Próxima Década", encerrada na última sexta-feira 13/11.

Ao longo dos três dias, importantes nomes da comunidade jurídica e internacional e especialistas na área passaram pelo encontro, com a palestra de abertura da ativista norte-americana Fania E. Davis e as presenças do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, e do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Luis Felipe Salomão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marco Aurélio Bellizze, o corregedor Nacional de Justiça e ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves, e o Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Cláudio Brandão.

Ao final do Enajun, a juíza federal Adriana Cruz apresentou a Carta do Rio de Janeiro, com os principais pontos debatidos no encontro.

■ **IDENTIDADE PETISTA - O prefeito de Maricá e vice-presidente nacional do PT, Washington Quaquá, defendeu, durante reunião do Diretório Nacional petista, em Brasília, que 2027 seja dedicado a uma ampla discussão sobre a identidade do partido, sua relação com a população e seu papel na transformação social do país, deixando de lado disputas internas. "Muito menos para debater se eu gosto do Edinho ou se o Edinho gosta de mim, e a gente ficar em luta interna, e muito mais para debater quem é o PT, quem é o Brasil, quem somos nós", afirmou. Quaquá também cobrou uma aproximação com a base social da legenda, destacando que cerca de 90% dos brasileiros recebem até três salários mínimos. "Temos que voltar a ser reformistas e ser menos conservadores. Não somos um partido de classe média, que defende privilégios. Somos o partido do povo brasileiro", declarou.**

RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

Reforma tributária: entre o manicômio e o desconhecido

A adaptabilidade, a capacidade do ser humano de se acostumar com qualquer situação, é apontada pela biologia como uma das características que faz o homem ter domínio sobre as demais espécies. Há milênios, existe gente no deserto e também no Pólo Norte. No alto do Himalaia e vivendo na Holanda, abaixo do nível do mar.

Somente, porém, uma situação muito extrema fará um esquimó sair de onde vive para se juntar a um beduíno no Saara. O mesmo fator que ajuda o homem a se adaptar a qualquer lugar e situação é também o que o faz resistir a mudanças.

Talvez a adaptabilidade ajude a explicar a fase atual da reforma tributária. Na terça-feira (17), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado fará uma audiência pública para discutir os problemas que persistem para que se inicie no ano que vem a reforma tributária.

Há mais de 30 anos, é um consenso na sociedade brasileira a necessidade de reformar o sistema de impostos do país. Tão complexo, cheio de tributos que se sobrepõem, com cobranças feitas várias vezes em diversas etapas, que passou a ser batizado de "manicômio tributário". Depois de anos de tentativas e de discussões, finalmente se chegou a um novo modelo de cobrança.

parentemente simples, substitui tudo o que hoje se cobra por dois Impostos de Valor Agregado (IVAs), um cobrado pela União (que vai se chamar Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS), outro pelos estados e municípios (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS). Resolveu-se criar ainda um terceiro imposto, com alíquota maior para aquilo que faz mal à saúde ou à natureza, o Imposto Seletivo, que ganhou o apelido de Imposto do Pecado.

Pronto. Abriu-se o caminho para que o brasileiro tivesse alta do manicômio. Às vésperas da audiência na CAE, no entanto, há sinais de que ele talvez tenha se acostumado com o hospício e prefira não sair dele.

No dia 6 de novembro, chegou às mãos do presidente da CAE, senador Eduardo Braga (MDB-AM), uma carta aberta assinada por 75 entidades representativas do setor produtivo brasileiro pedindo o adiamento do início da reforma tributária. A mudança prevê que no ano que vem se inicie o período de testes do novo modelo, uma fase de transição na qual os novos impostos começarão paulatinamente a ser cobrados juntamente com os atuais. A cada ano, a proporção dos novos aumenta, a dos atuais diminui, até que em 2032 só se cobrem os três novos impostos.

Por que o setor produtivo pede para ficar mais um tempo no manicômio? Não é por loucura, mas por racionalidade. A razão é que ainda existe uma série de fatores que precisam ser mais bem esclarecidos.

O primeiro grande problema está relacionado à alíquota de cobrança da CBS, o imposto federal. O Tribunal de Contas da União (TCU) calculou que essa alíquota ficará em 11,3%. É muito mais alta do que se imaginava quando se aprovou a reforma: uma alíquota em torno de 9%. Unindo-se, então, a CBS ao IBS, o cálculo é que, ao final, o brasileiro pagará uma altíssima alíquota média de mais de 30% sobre o produto ou o serviço que consumir.

A primeira coisa que vai se discutir na CAE na terça-feira, portanto, é se há alguma forma de reduzir esse valor. O Congresso terá que fixar a alíquota até o final do ano para que os testes possam acontecer no ano que vem.

Quanto à IBS, durante um bom tempo houve uma briga entre os municípios para definir a sua composição. Finalmente, a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), que representa capitais e cidades maiores, e a Confederação Nacional dos Municípios (CMN), mais ligada às cidades menores, chegou a um acordo, e foram indicados os 27 representantes municipais (os 27 secretários de Fazenda são os representantes estaduais). Mas ainda há diversas dúvidas.

"A apuração assistida de CBS e IBS é instável e incompleta, e não há ambiente de testes com dados e cenários equivalentes aos de produção", reclamam as 75 entidades que assinaram a carta aberta.

O sistema tributário atual pode ser um manicômio. Mas entre o hospício e o desconhecido, os empresários parecem querer ficar com o hospício.

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista e escritor

A América Latina convertida

Nos anos sessenta e setenta, a América Latina, em especial a do Sul, superou grave risco político ao frear a escalada das esquerdas, financiadas pela União Soviética via Havana, que visava levar a região para área de influência comunista, inclusive aproveitando a orientação mais à esquerda do governo Carter.

A reação através dos regimes de influência militar, como no Brasil, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai, foi positiva também sob o ponto de vista da economia. Na Argentina, a violência extrapolou e marcou um período difícil, enquanto o Chile deu seu grande impulso com os anos com ordem e progresso proporcionado pelos feitos do regime ao buscar respaldo na chamada "escola de Chicago". O Uruguai comprovou o alto nível da educação no país, ao eleger governos mais à esquerda que não mexeram na estrutura capitalista que fez de sua capital uma das principais praças bancárias da América Latina.

Hoje Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Bolívia estão alinhados ao capitalismo e crescendo na economia e no social. Não faz sentido o Brasil fugir a esta realidade. O modelo que encanta o mundo petista está derretendo, desde a Venezuela a Cuba, que vive degradação de dar pena.

As chances de o Brasil tirar maior proveito são pequenas, pois ainda persiste uma mentalidade protecionista cheia de barreiras ao empreendedor. Já será um ganho não afrontar a realidade do momento. Lula nem sempre, tem mostrado juízo ao recuar da agressividade em relação aos EUA, quando viu que a população quer progresso e não discurso. Na ONU ninguém deu bola, mas para discurso.

O Brasil tem vocação conservadora, votando nas majoritárias federais em nomes de esquerda ou do baixo populismo, pela falta de lideranças e de união. Mas fez uma maioria parlamentar que garante o respeito ao razoável.

E Lula parece outro, ouvindo economistas e empresários, embora ache a crise menor do ela é. Pode inaugurar uma esquerda realista que saiba conviver com o capital como ocorre na Europa e nos EUA.

EDITORIAL

O trabalho e o cuidado que a lei não garante

Restringir o acesso a atividades que provocam danos à população pode ser uma medida necessária, mas está longe de representar uma solução completa. Quando o assunto envolve compulsões e dependências, a proibição atua sobre a oferta, mas não necessariamente sobre o comportamento de quem já desenvolveu uma relação problemática com determinada prática. É por isso que o enfrentamento dos vícios precisa ser tratado também como uma questão de saúde pública, com políticas permanentes de prevenção, acolhimento e tratamento.

A decisão de proibir as bets no Brasil representa uma tentativa de conter um problema que ultrapassou o campo financeiro e passou a afetar a saúde mental, as relações familiares e a vida profissional de milhares de pessoas. Entretanto, a interrupção do acesso às plataformas não apaga dívidas, ansiedade, depressão ou a dificuldade de controlar o impulso de apostar. Para quem já enfrenta uma dependência, a retirada do estímulo não significa o fim do sofrimento.

Os números ajudam a dimensionar o desafio. Entre 2018 e 2025, os atendimentos relacionados a jogo patológico e problemas com apostas cresceram cerca de 140% no Sistema Único de Saúde. A projeção do Ministério da Saúde aponta para uma nova elevação até 2028. Além disso, um estudo estima em R$ 38,8 bilhões anuais o custo social associado aos jogos, com a maior parte desse valor relacionada a consequências na saúde. Não se trata, portanto, de um problema restrito às escolhas individuais ou ao orçamento doméstico. Seus efeitos alcançam toda a sociedade.

A compulsão não desaparece por decreto. Pessoas que desenvolveram comportamentos viciantes precisam de acompanhamento especializado para compreender os fatores que alimentam essa relação, recuperar o controle sobre a própria rotina e reconstruir vínculos afetados. Sem esse suporte, existe o risco de que o sofrimento permaneça ou encontre outras formas de manifestação. A resposta do poder público precisa considerar a dimensão psicológica e comportamental do problema, e não apenas suas consequências mais visíveis.

Isso exige investimento consistente na rede pública de saúde. É necessário ampliar a oferta de atendimento psicológico, fortalecer os serviços de saúde mental, preparar profissionais para identificar sinais de dependência e capacitar equipes para acolher pacientes sem julgamento.

OPINIÃO DO LEITOR

Lugar privilegiado

Há 1,5 milhão de anos surgiram os primeiros textos produzidos pelo ser humano. No universo das artes, a literatura tem um lugar privilegiado. A leitura é para o intelecto o que o exercício é para o corpo. A literatura lida com palavras. Sons e sentidos são a matéria do prosador e do poeta, assim como a pedra e o bronze são a matéria do escultor.
José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

DIVULGAÇÃO



Chefe da pasta de Educação será anunciado nesta segunda-feira

Douglas Ruas anuncia Educação e avança na montagem do governo

A agenda de anúncios do governador eleito Douglas Ruas (PL) avança nesta segunda-feira (16), quando será apresentado o nome que comandará a Secretaria de Estado de Educação em seu governo. A divulgação está marcada para as 15h, na sede da Firjan, na Avenida Graça Aranha, no Centro do Rio. O movimento dá sequência à montagem do primeiro escalão e ocorre depois de Ruas revelar, na última sexta-feira, os integrantes da futura cúpula da Segurança Pública. Na ocasião, confirmou a a pasta da Secretaria de Segurança, com as polícias Civil e Militar subordinadas a uma mesma estrutura. A escolha para a Educação é mais um passo na organização da gestão que começa em 2027. O anúncio é mais uma etapa da composição do secretariado e ocorre em meio à expectativa sobre os próximos nomes que integrarão a equipe do governador eleito.

Segurança terá comando integrado

A futura Secretaria de Segurança Pública será chefiada pelo delegado Lauro César Lethier Rangel. Douglas Ruas também anunciou Robson da Costa Ferreira da Silva para a chefia da Polícia Civil e o coronel Gilbert dos Santos para o comando-geral da Polícia Militar. A estrutura reunirá as duas corporações sob uma mesma pasta, modelo defendido por Ruas durante a campanha. Os nomes definem a equipe responsável pela área.

MONTAGEM / DIVULGAÇÃO



Cúpula da Segurança Pública do RJ para o Governo Ruas: Coronel Gilbert dos Santos será comandante-geral da PM; Lauro Rangel será secretário de Segurança; e Robson da Silva o chefe da Polícia Civil

Turismo e Cultura unidos

A possibilidade de reunir Turismo e Cultura em uma única secretaria de estado no governo Douglas Ruas já havia sido antecipada pela Coluna Magnavita. Em sua coluna de 13 de novembro, o Correio da Manhã apontou que a fusão integra o plano de enxugamento administrativo e citou experiências de outros estados, como Minas Gerais. A proposta aproxima políticas culturais e promoção turística, áreas que dialogam na economia fluminense, sobretudo na agenda de eventos e patrimônio.

Transição em ritmo acelerado

A expectativa pelos próximos anúncios do governador eleito Douglas Ruas cresce à medida que a transição avança. Poucos dias após a eleição, o futuro chefe do Executivo já começa a revelar nomes para pastas estratégicas, como Segurança Pública e Educação. A antecipação das escolhas movimenta os bastidores políticos e permite conhecer gradualmente o desenho da nova administração.

Sessão Especial

O Senado realiza nesta segunda (16), às 10h, sessão especial em homenagem ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. A iniciativa, requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), também marcará a abertura da campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência e do Racismo contra as Mulheres.

Maior presença

O Senado terá, em 2026, o maior percentual de parlamentares negros eleitos desde 2014. Dos 54 candidatos escolhidos para a Casa, 16 se declararam pretos ou pardos, o equivalente a 29,6%. O levantamento do TSE aponta avanço em relação a 2018, quando os negros representaram 26% dos eleitos, e a 2022, com 22%. O dado é histórico.

Abaixo da proporção

Apesar do recorde, a presença negra no Senado ainda está abaixo da proporção da população brasileira. Pretos e pardos representam 56% dos habitantes, segundo o Censo 2022, mas corresponderam a 29,6% dos eleitos em 2026. Entre os concorrentes ao Senado, eram 36,3% dos 319 candidatos, conforme dados do TSE.

Ativismo nacional

A programação dos 21 Dias de Ativismo no Congresso começa em 20 de novembro e segue até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Com o tema "Combatendo violência e desigualdade para transformar realidades", a campanha prevê seminários, audiências e atividades com representantes do poder público e da sociedade civil.

Cenário eleitoral

A representatividade negra também apresenta diferenças entre os cargos disputados em 2026. Na Câmara, foram eleitos 135 parlamentares pretos e pardos, 26,3% das vagas, mesmo percentual de 2022. Já nas assembleias legislativas, a participação caiu de 35% para 31,2%, segundo levantamento do TSE. Os números mostram avanços e desigualdades.

Governadores

Entre os 27 governadores eleitos em 2026, nenhum se declarou preto e seis se identificaram como pardos, grupo que integra a população negra. O percentual, de 22,2%, representa recuo em relação a 2022, quando nove governadores pardos foram eleitos, correspondendo a 33,3% do total. O resultado evidencia a baixa presença negra no Executivo.

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL



Alexandre de Moraes mantém boas relações com presidente do Senado

Com Alcolumbre, ministros do STF não devem sofrer impeachment

Derrota de Flávio esvaziou poder do PL para impor ação contra STF no Senado

Por **Gabriela Gallo**

Em 1º de fevereiro ocorrerão as eleições para a presidência do Senado e da Câmara dos Deputados. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), já aparenta ter votos suficientes para ser reeleito. Não é o caso do candidato à reeleição no Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que deve disputar contra Rogério Marinho (PL-RN) e Tereza Cristina (PP-MS), emborta ele ainda seja considerado favorito.

A Federação União Progressista (União Brasil e PP), maior bloco do centrão, declarou apoio à sua continuação. Articulações de bastidores apontam que Alcolumbre tem diálogos avançados com parlamentares de MDB, PSD, Republicanos, Podemos e PT.

Processos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) eram prioridade na maior bancada do Senado, o Partido Liberal (PL), que terá 29 dos 81 senadores na Casa, mas o jogo de forças mudou.

"A derrota de Flávio mudou de uma maneira muito clara as prioridades do PL, que quer seguir com o poder conquistado para a Câmara e para o Senado. Talvez agora o partido não queira se desgastar tanto com ministros do Supremo dando continuidade ao tensionamento institucional que sempre houve no bojo do bolsonarismo", disse ao Correio da Manhã o cientista político e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie Rodrigo Prando.

Ele considera que a partir do ano que vem a tese de impeachment começa a perder força, a depender da dinâmica do governo Lula. "Não me parece que Davi Alcolumbre queira assumir essa função", destacou. O presidente do Senado tem ligações estreitas com Alexandre de Moraes e outros ministros. Além disso, o Senado nunca realizou um impeachment no STF. Para ser submetido a processo, o ministro precisa ter cometido crime de responsabilidade.

Apesar de ser citado nos relatórios da Polícia Federal (PF) por supostas relações com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro do escândalo do Banco Master, Moraes (e os demais ministros do Supremo indicados no processo) ainda estão sendo investigados. Não há nada comprovado e não há nos partidos do centrão a mesma disposição pelo impeachment que havia no PL, o que faz prever o esfriamento do assunto se Alcolumbre for eleito.

Centrão aguarda volta de Lula do exterior para destravar negociações sobre ministérios

Caciques esperam o presidente para discutir ministérios e condições de apoio ao quarto mandato

REPRODUÇÃO REDE SOCIAL



Hugo Motta, Davi Alcolumbre, líder do PT, Pedro Uczay, e ministro José Guimarães comemoram ajuste com o governo

Por **Beatriz Matos**

Uma foto divulgada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), nas redes sociais na sexta-feira (13), sinaliza o momento da relação entre o Palácio do Planalto e a cúpula do Congresso Nacional. Ao lado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), do ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, e do líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), Motta demonstrou disposição para avançar com o pacote de ajuste fiscal do governo. Mas deixou em aberto uma nova rodada de conversas: "Acertamos também que, assim que o presidente Lula voltar de viagem, trataremos de outras agendas".

A expectativa pelo retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Brasil, entre esta segunda-feira (16) e terça-feira (17), mobiliza dirigentes partidários que negociam espaço no próximo governo. Enquanto o Executivo acumula vitórias no Legislativo e busca aprovar medidas consideradas fundamentais para o início do quarto mandato, integrantes do centrão reivindicam uma participação mais robusta na Esplanada dos Ministérios.

O movimento ocorre em meio à cobrança do Palácio do Planalto por maior fidelidade dos partidos de centro nas votações. Dispostos a integrar a próxima gestão do presidente Lula, os partidos defendem que o compromisso com a agenda governista seja acompanhado de uma redistribuição dos espaços de poder. Na avaliação de presidentes partidários, o espaço que algumas siglas ocupam no governo é menor do que o peso que têm no Congresso.

Lula encerra nesta segunda-feira sua agenda internacional na Espanha, onde tem encontro previsto com o primeiro-ministro Pedro Sánchez. No retorno, deve receber do presidente nacional do PT, Edinho Silva, um balanço das conversas conduzidas nas últimas semanas com dirigentes partidários. A partir daí, a expectativa é que o próprio presidente assuma a etapa decisiva das tratativas, discutindo nomes, ministérios e as condições para a formação da base aliada.

Entre os interlocutores com os quais Lula pretende conversar estão os presidentes nacionais do PSD, Gilberto Kassab, e do Republicanos, Marcos Pereira. As legendas já apresentaram suas demandas à direção petista, mas aguardam uma definição diretamente do chefe do Executivo sobre o espaço que poderão ocupar.

A construção de uma maioria foi defendida por Edinho Silva na sexta-feira, após a primeira reunião do Diretório Nacional do PT desde as eleições. O dirigente confirmou que as negociações ministeriais estão em andamento e ressaltou que a composição do governo deverá envolver compromissos com as prioridades defendidas por Lula durante a campanha.

"Estamos conversando com os partidos para definir os ministérios. Uma agenda de Brasil. Não é só compor governo", afirmou. "Se nós conseguirmos compor com os partidos que nos deem sustentação, é evidente que fica mais tranquilo."

MINISTÉRIOS DE PESO

Entre as siglas que buscam ampliar a participação no governo estão PP e Republicanos. Apesar de terem apoiado a candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno das eleições, os dois partidos mantêm interlocução com o Planalto e trabalham para integrar a próxima gestão.

O Republicanos aposta na posição de Hugo Motta, que busca a reeleição para a presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro, como um dos principais argumentos para ampliar sua representação no Executivo. A legenda reivindica uma segunda pasta e pretende ocupar espaços com maior capacidade de execução de políticas públicas.

O PP, por sua vez, considera insuficiente a participação representada pelo Ministério do Esporte e busca uma estrutura com maior orçamento e influência política. Entre as áreas que despertam interesse das legendas estão Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, justamente algumas das pastas mais estratégicas para o projeto político do PT.

A disputa esbarra na resistência dos petistas em abrir mão de ministérios responsáveis por programas associados diretamente à imagem de Lula. No Desenvolvimento Social, por exemplo, está concentrada a gestão do Bolsa Família, uma das principais vitrines do governo.

O PSD trabalha para preservar sua participação na Agricultura e ampliar a presença em setores de infraestrutura. Kassab tem como argumento nas negociações a neutralidade adotada pelo partido no segundo turno, quando a direção nacional liberou os diretórios estaduais para definir seus posicionamentos.

O MDB também pretende preservar sua representação no primeiro escalão, enquanto o União Brasil negocia sua participação no novo mandato em meio às articulações pela permanência de Davi Alcolumbre no comando do Senado Federal.

FIDELIDADE

O principal entrave nas conversas é a dificuldade de os dirigentes assegurarem que suas bancadas acompanharão integralmente as orientações do Executivo na Câmara e no Senado. Partidos como PSD, MDB, União Brasil e PP reúnem parlamentares de diferentes perfis ideológicos, incluindo nomes alinhados à oposição.

As lideranças defendem que o Planalto considere essas divergências na negociação. A adesão de uma legenda ao governo, não significa que todos os seus integrantes votarão de maneira uniforme em temas econômicos, sociais ou de segurança pública.

A posição contrasta com o modelo de governabilidade defendido pelo ministro José Guimarães, que já manifestou preferência por uma base menor, desde que coesa e comprometida com as políticas do Executivo. O objetivo do governo é evitar a repetição de situações do atual mandato, em que partidos contemplados com ministérios não necessariamente acompanharam as orientações governistas em votações importantes.

O comportamento dos senadores na última semana mostra esse desafio. O projeto de ajuste fiscal teve sua urgência aprovada por uma margem de apenas dois votos, mas recebeu o apoio de 45 parlamentares na votação do texto-base. O avanço da proposta, relatada por Eduardo Braga (MDB-AM), ocorreu após mudanças que incorporaram demandas de senadores governistas e da oposição.

Ainda restam quatro destaques, previstos para serem analisados nesta terça-feira, antes do envio do projeto à Câmara. Hugo Motta já sinalizou que dará prioridade à medida, mas pretende discutir o calendário na reunião com os líderes das bancadas.

Outra demonstração da capacidade de articulação do governo ocorreu no início do mês, com a aprovação da PEC da Segurança Pública. A proposta do Executivo recebeu 75 votos favoráveis e nenhum contrário no segundo turno no Senado, após a decisão de separar do texto as emendas sobre redução da maioridade penal.

COMANDO DO CONGRESSO

A distribuição dos ministérios também ocorre em paralelo às negociações pelas presidências da Câmara e do Senado. A permanência de Motta e Alcolumbre na base governista e no comando das duas Casas é vista como estratégica pelo Planalto, que terá de lidar com uma oposição fortalecida na próxima legislatura.

Um dia após a vitória eleitoral, Lula recebeu os dois presidentes no Palácio da Alvorada e sinalizou apoio às suas reeleições. Desde então, o diálogo entre os três passou a integrar a construção das alianças para 2027.

A situação de Alcolumbre, é mais delicada. O PL oficializou a candidatura do senador Rogério Marinho (RN) à presidência do Senado, e a senadora Tereza Cristina (PP-MS) também articula sua entrada na disputa. O cenário amplia a importância do apoio do governo ao atual presidente da Casa e coloca as negociações ministeriais no mesmo radar das eleições internas do Legislativo.

Lula pretende concluir as tratativas para a formação da nova equipe antes do fim do ano. Até lá, precisará conciliar as reivindicações dos partidos de centro, os interesses do próprio PT e os compromissos assumidos com aliados durante a campanha.

O apoio conquistado nas primeiras votações após as eleições será um dos parâmetros dessa negociação. O desafio do Planalto será transformar as maiorias construídas em uma base capaz de sustentar os próximos quatro anos de governo.

CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Ministro Rui Costa levou o recado de Lula à equipe econômica

Governo estuda como fazer um antipacote contra o calote do Agro

É isso mesmo. O presidente Lula está cobrando da equipe econômica que seja preparado um recado duro do governo aos produtores agrícolas que não estão pagando suas dívidas junto ao Banco do Brasil.

Essa turma é chamada dentro do governo de "caloteiros": têm como pagar, mas dão o calote porque esperam um novo pacote de renegociação de dívidas.

Lula quer que o recado tenha a força de um pacote, muito embora saiba que a fórmula para esse antipacote será difícil de encontrar.

Ele também sabe que, além de interesses políticos, o calote ganha força por causa dos sucessivos pacotes que os governos - inclusive os dele próprio - costumam editar com perdões e renegociações de dívidas.

Daí a expressão "antipacote", um pacote contra pacotes.

Abin acionada sobre ligações políticas

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) já está sendo acionada para levantar as ligações políticas dos caloteiros.

A Abin é o órgão da Presidência da República vinculado à Casa Civil e encarregado de investigar ações coordenadas contra o Estado brasileiro.

A suspeita no Planalto é de que os caloteiros sejam ligados a grupos bolsonaristas e que, na verdade, estejam atuando numa articulação semelhante à dos caminhoneiros logo após a eleição de Lula.

VALTER CAMPANATO/ARQUIVO AGÊNCIA BRASIL



Caminhoneiros fecharam estradas contra eleição de Lula

"Risco Moral" é como o mercado chama calotes

A presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, admitiu que "não contava com a persistência e a intencionalidade do risco moral". Risco moral ocorre quando um devedor, mesmo tendo condições de pagar, não fazê-lo por crer que em uma renegociação mais vantajosa ou benefício no futuro.

O vice-presidente de agronegócios e agricultura familiar do BB, Gilson Alceu Bittencourt, avalia que "muitos produtores" não optaram pela renegociação agora porque esperam uma solução do Congresso com condições mais vantajosas.

Lucro do banco despencou 66,5%

Os caloteiros do agronegócio são clientes de médio ou grande porte do BB. Nada têm a ver com famílias de pequenos lavradores. Estão concentrados em algumas regiões do país e em algumas culturas em que a inadimplência passa dos 50%. Com isso, O lucro líquido ajustado do banco despencou 66,5% no 3º trimestre de 2026 em comparação com o mesmo período de 2025, fechando em R$ 1,27 bilhão.

Mea culpa, mea culpa

Lula criou o de Desenrola no seu terceiro mandato para aliviar os endividados. Era necessário e, segundo o governo, deu certo. Mas a área econômica e o próprio presidente admitem que se criou uma expectativa de seguidos programas de renegociação. Teve Desenrola 2.0, que confirmou essa expectativa. E agora a turma acostumou.

Vício de renegociação

Foram três os Desenrola do governo, mas com a vantagem de serem voltados para pessoas físicas com limitação de renda e dívidas já dadas como impagáveis. Para a área rural, além do Desenrola Rural, teve o pacote de R$ 12 bilhões de setembro de 2025, e a repactuação de dezenas de bilhões de reais em 2026 por conta de quebras de safra.

Estados viciados

Os estados também se acostumaram. Agora teve o Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados), para renegociar de dívidas de estados com a União que somam centenas de bilhões de reais. Destaque para Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás. Prevêm-se descontos e prazos de pagamento de até 30 anos.

Todos os governos

O governo de Jair Bolsonaro também renegociou a dívida dos estados. E os anterios - quase todos desde a redemocratização - também. E teve uma Medida Provisória do Contribuinte Legal, destinada a pessoas físicas e empresas com créditos classificados como de difícil recuperação (faixas C e D). Ofereceu descontos de até 70% sobre o valor total.

Tereza Cristina renegocia

A senadora senadora Tereza Cristina (PP-MS), candidata a presidente do Senado pela oposição, atuou como relatora da recém-aprovada MP da renegociação de dívidas de produtores rurais prejudicados por perdas de safra e dificuldades financeiras. Deu prazo de pagamento que pode chegar a dez anos com juros anuais entre 5% e 12%.

Líder petista renegociou

Antes do Senado a MP das dívidas dos produtores rurais foi aprovada na Câmara. Lá, o relator foi o líder do governo, Paulo Pimenta (PT-RS). A MP autoriza o uso de R$ 12 bilhões do superávit financeiro de 2024 para o crédito rural destinado a produtores prejudicados por perdas com condições climáticas adversas de 2020 a 2024.

SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO



Senado vota destaques de pacote de ajustes fiscais nesta terça (17)

Semana tem foco em pacote de ajuste fiscal e reforma tributária

Governo deve publicar nesta semana decreto detalhando fim da escala 6x1

Por **Gabriela Gallo**

A semana de votações no Congresso começa com a decisão no plenário do Senado sobre os destaques ao projeto de lei complementar que estabelece o pacote de ajuste fiscal para 2027 (PLP 299/2026). O texto-base foi aprovado na semana passada. Nesta terça-feira (17) os senadores votam pontos destacados, como a retirada do mecanismo que permite ao governo limitar o uso de créditos tributários obtidos pelas empresas para abater impostos devidos.

O pacote prevê contenção de gastos e revisão de benefícios tributários. Estima a melhora do resultado primário entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões em 2027. Aprovado, segue para a Câmara. Na sexta-feira (13), o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), se reuniu com o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, e se comprometeu a acelerar a tramitação assim que o texto chegar do Senado.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Nesta terça-feira a partir das 10h na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), o ministro da Fazenda, Dario Durigan, discute o cálculo da alíquota de referência da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) para 2027. O Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou a alíquota de 11,3%. Na quarta-feira à partir das 10h, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara realiza uma audiência pública sobre o mesmo tema com o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

6X1

A expectativa é que o Ministério do Trabalho publique nesta semana o decreto regulamentando detalhes operacionais sobre o fim da escala 6x1. Segundo o ministro Luiz Marinho, a distribuição dos descansos poderá variar conforme características de cada atividade, desde que sejam respeitados o acordos coletivos e as condições da Emenda Constitucional nº 141/2026, que determina a escala 5X2.

O tema também está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF). O relator Flávio Dino determinou a manutenção do período de transição, mas permitiu ajustes, mas o ministro Luiz Fux pediu pediu para levar o assunto ao plenário físico. Até lá seguem preservados o calendário de transição aprovado pelo Poder Legislativo, com o início da escala 5X2 e a redução da jornada de trabalho.

CORREIO ECONÔMICO

BRUNA OURIQUE / PMC



Perdão será automático, mas exige pagamento do DAS em 2027

Receita cancelará dívidas de MEIs vencidas até a última sexta (13)

As dívidas de contribuição previdenciária dos Microempreendedores Individuais (MEIs) com vencimento até a última sexta-feira (13) serão perdoadas automaticamente pela Receita Federal, informou o órgão. O procedimento não exige pedido do contribuinte. Para manter o benefício, porém, quem continuar enquadrado como MEI deverá pagar em dia os boletos mensais do DAS entre janeiro e junho de 2027. A remissão foi estabelecida pela Lei Complementar 238/2026, que perdoou as dívidas dos microempreendedores e aumentou o teto da categoria.

A lei começará a valer em 1º de janeiro de 2027. Até 31 de dezembro deste ano, as dívidas e os parcelamentos continuam ativos. O benefício abrange a parte da contribuição ao INSS incluída no DAS-MEI, desde que o vencimento tenha ocorrido até 13 de outubro de 2026.

Comércio: vendas variam 0,2% em setembro

As vendas no comércio varejista variaram 0,2% na passagem de agosto para setembro. O desempenho faz com que o setor mostre recuo de -0,3% no terceiro trimestre, comparado ao segundo. No acumulado de 12 meses, o setor avança 1,7%. Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada na sexta (13) pelo IBGE. Apesar de o resultado de agosto para setembro ter ficado no campo positivo, o gerente da pesquisa, Cristiano Santos, sinaliza que o desempenho deve ser visto como "estabilidade".

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Em 12 meses, setor acumula alta de 1,7%

Indústria: confiança tem menor nível desde 2020

A confiança dos empresários industriais caiu seis pontos em novembro, passando de 46,2 para 40,2 pontos, segundo levantamento divulgado pela Confederação Nacional da Indústria nesta sexta-feira (13). O Índice de Confiança do Empresário Industrial chegou ao menor nível desde maio de 2020, quando marcou 34,7 pontos. Esta foi a terceira maior queda mensal desde o início da série histórica, em 2010. Com o resultado, o setor completa 23 meses abaixo da linha divisória de 50 pontos que separa o otimismo do pessimismo.

Índice baixo afetou as empresas, aponta CNI

Segundo Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI, a falta de confiança já afeta decisões de contratação, produção e investimento, com possíveis reflexos sobre emprego, renda e crescimento econômico. O Índice de Condições Atuais recuou 2,3 pontos, para 37,7 pontos, o menor resultado desde 2020. A avaliação negativa atingiu tanto a economia brasileira quanto o desempenho das empresas.

Normalização I

A Secretaria do Tesouro Nacional informou que prevê restabelecer até esta segunda-feira (16) os sistemas e serviços temporariamente indisponíveis após o incidente de segurança informado na quinta (12). A interrupção afeta ferramentas de consulta e acesso a documentos, séries históricas e informações disponíveis no site do órgão.

Normalização II

Segundo o Tesouro, a indisponibilidade faz parte das medidas de segurança, análise e recuperação adotadas após o acesso não autorizado. O órgão ressalta que nem todos os sistemas temporariamente fora do ar foram atingidos pelo incidente. As principais estruturas responsáveis pelas operações do Tesouro continuam funcionando.

Dólar

O dólar fechou praticamente estável na sexta-feira (13), cotado a R$ 5,65, mas acumulou alta de 2,63% na semana. Além das incertezas sobre o pacote fiscal do governo, pesou a continuidade das turbulências no mercado internacional. Na bolsa, o Ibovespa subiu 0,66%, aos 172,5 mil pontos, impulsionado por ações de varejistas e petroleiras.

Bolsa brasileira

O Ibovespa avançou 0,66%, aos 172.457,77 pontos, e encerrou a semana com valorização acumulada de 2,35%. As ações de empresas do varejo e de petroleiras contribuíram para o resultado positivo. O desempenho do comércio em setembro, com crescimento acima do esperado, também esteve no radar dos investidores.

Condenado

A 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) confirmou a condenação por improbidade administrativa de um ex-tesoureiro da Caixa Econômica Federal pelo desvio de R$ 889,5 mil de quatro caixas eletrônicos do banco. Segundo a sentença, o dinheiro foi utilizado para a realização de apostas em bets online.

Viagens aos EUA

A Anac orienta os passageiros com viagens marcadas para os Estados Unidos que busquem as companhias aéreas para verificar a situação do voo ou eventuais alterações. Mais cedo, a Administração Federal de Aviação dos Estados Unidos (FAA) determinou uma suspensão nacional de decolagens "devido a circunstância extraordinária".

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



O benefício chegou ao fim após o vencimento da Portaria 3.082

Governo não renova subsídio de R$ 1,40 ao diesel importado

Benefício para o diesel rodoviário continua em vigor

Da **Redação**

Após um mês em vigor, a subvenção de R$ 1,40 por litro ao diesel importado não será renovada, informou na noite desta sexta-feira (13) o Ministério da Fazenda. O benefício chegou ao fim após o vencimento da Portaria 3.082 do Ministério da Fazenda, de 13 de outubro.

A decisão não altera a subvenção de R$ 2,12 por litro destinada ao óleo diesel rodoviário, que continua valendo.

A medida de R$ 1,40 havia sido criada para reduzir os efeitos da alta dos preços internacionais dos combustíveis sobre o mercado brasileiro. Segundo a Fazenda, a possibilidade de reavaliar o benefício não está descartada e dependerá da evolução dos preços do petróleo.

DOIS SUBSÍDIOS

As medidas têm valores e regras diferentes. Por isso, o fim de uma delas não significa o encerramento de todo o programa de apoio ao diesel.

R$ 1,40 por litro: benefício específico para o diesel importado, encerrado com o vencimento da Portaria 3.082 de 13 de outubro;

R$ 2,12 por litro: subvenção para o óleo diesel A de uso rodoviário, mantida pela Portaria 3.181, de 27 de outubro, também do Ministério da Fazenda.

A subvenção é um pagamento feito pelo governo a produtores ou importadores para reduzir os custos de comercialização do combustível. O objetivo é diminuir a pressão dos preços internacionais sobre o mercado interno.

O benefício de R$ 1,40 foi anunciado há um mês, em meio à alta do petróleo provocada pelas tensões e pelo conflito no Oriente Médio. A medida tinha validade inicial de 30 dias.

O diesel importado é relevante para o abastecimento brasileiro: mais de 25% do consumo nacional depende de compras externas, segundo o governo.

Quando o preço internacional sobe, o custo de importação também aumenta. A subvenção busca compensar parte dessa diferença e evitar que toda a pressão chegue ao preço do combustível no Brasil. A subvenção de R$ 2,12 por litro foi prorrogada em 27 de outubro por mais 30 dias.

O benefício é destinado a produtores e importadores de óleo diesel A de uso rodoviário. Esse combustível é o diesel puro, antes da mistura obrigatória com biodiesel.

CORREIO FLUMINENSE

POR **MARCELO PERILLIER**

GOVERNO DO RIO



Estado investiu mais de R$ 4 milhões no restauro do atelier

Museu Antonio Parreiras, em Niterói, é reaberto à população

O Governo do Rio concluiu uma nova etapa de recuperação do Museu Antonio Parreiras, em Niterói. A entrega contempla a restauração do atelier onde o artista viveu e trabalhou, a instalação de dois elevadores panorâmicos e a construção de uma passarela de ligação entre os espaços do museu. As intervenções ampliam as condições de acessibilidade, preservam o patrimônio histórico e oferecem novas possibilidades de visitação ao público. Realizadas pelo programa Acelera FUNARJ, da Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a Empresa de Obras Públicas do Estado, as obras representam a conclusão do processo de restauração do equipamento cultural. Somente no restauro do atelier foram investidos R$ 4,28 milhões. Pela primeira vez, o atelier restaurado receberá uma mostra, que ocupará também o prédio principal do museu e apresentará ao visitante diferentes aspectos da trajetória do pintor.

Equipamento cultural com mais acessibilidade

As intervenções no atelier incluíram a recuperação do telhado, das fachadas, das esquadrias e das estruturas originais de madeira, além da requalificação dos ambientes internos. Também foram modernizadas as instalações elétricas e hidráulicas, iluminação para valorização das obras de arte e melhorias de acessibilidade, como rampas, corrimãos e guarda-corpos. A área verde do museu também foi recuperada, com o replantio de espécies ornamentais.

GOVERNO DO RIO



Elevador panorâmico dá mais acessibilidade ao museu

Pré-inscrição para aulas de natação do Estado

A Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, em parceria com a plataforma CADIS, por meio do projeto Equipamento Ativo, inicia, em 16 de novembro, o processo de pré-inscrições on-line para as aulas gratuitas de natação adulto no Parque Aquático Júlio Delamare, no Maracanã, e no Complexo Esportivo Caio Martins, em Niterói. Ao todo, serão disponibilizadas 1.105 vagas, sendo 665 para o Parque Aquático Júlio Delamare e 440 para o Complexo Esportivo Caio Martins, divididas em turmas regulares e iniciantes.

Passo a passo da inscrição e da candidatura

O cadastro inicial não garante a vaga. Os candidatos deverão acompanhar as orientações do sistema, que informará a data e o horário para o comparecimento presencial. Para as turmas regulares, haverá um teste de aptidão para verificar o domínio de algum dos estilos de nado: costas, peito, crawl ou borboleta. Aprovado, deverá apresentar documento de identidade, CPF, comprovante de residência, atestado médico válido e emitido nos últimos 12 meses, além de foto 3x4, com original e cópia.

Simulado em comunidades

O Governo do Rio mobilizou 21 mil pessoas no sábado (14), em um simulado de desocupação de comunidades vulneráveis. A ação ocorreu em 13 municípios e foi coordenada pela Defesa Civil estadual e pelo Corpo de Bombeiros, para preparar moradores para emergências provocadas por chuvas intensas e testar protocolos de alerta e mobilização.

Aviso chega ao celular

A principal novidade foi integrar o acionamento das sirenes do Sistema Remoto de Alerta e Alarme Sonoro ao envio de mensagens do Defesa Civil Alerta para celulares. Com o novo protocolo, os moradores das áreas envolvidas também receberão o alerta severo diretamente nos aparelhos. O alerta já chega aos celulares.

Treino prepara bairros

O exercício permitiu avaliar o funcionamento conjunto das sirenes e das mensagens enviadas pelo Defesa Civil Alerta. A integração amplia o alcance dos avisos e reforça a preparação das comunidades para situações de emergência. A iniciativa busca garantir que moradores de áreas vulneráveis recebam informações com rapidez e possam agir diante do risco.

Redes de monitoramento

O Governo do Estado mantém 202 sirenes e 70 pluviômetros ativos em apoio aos municípios. Os equipamentos ajudam a acompanhar as condições meteorológicas e a emitir alertas antecipados. Com o monitoramento, moradores de áreas vulneráveis podem receber avisos e ter mais tempo para deixar locais de risco com segurança em caso de chuvas intensas.

Prevenção e integração

Segundo o secretário estadual de Defesa Civil e comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Tarciso Salles, a prevenção exige planejamento, integração e participação da sociedade. Ele destacou que a conexão entre sirenes e o Defesa Civil Alerta amplia os canais de comunicação e fortalece a emissão de avisos. O simulado aprimora protocolos e prepara comunidades.

Simulado com 13 cidades

A atividade foi realizada em parceria com as Defesas Civis municipais, órgãos governamentais e não governamentais e representantes da sociedade civil de: Areal, Petrópolis, Teresópolis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Queimados, Bom Jardim, Nova Friburgo, Duque de Caxias, Magé, São João de Meriti, Cachoeiras de Macacu e São Gonçalo.

GOVERNO DO ESTADO



Acordo envolve as secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Transporte

Estado e DNIT estudam novas rotas aquaviárias na Guanabara

Acordo busca alternativas para o transporte, cargas e turismo na Baía

Da **Redação**

O Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes firmaram um Acordo de Cooperação Técnica para estudar a viabilidade de novas linhas de transporte e instalações portuárias na Baía de Guanabara. A iniciativa envolve as secretarias estaduais de Desenvolvimento Econômico e de Transporte e Mobilidade Urbana.

Ele prevê a realização de estudos para identificar possibilidades de implantação de rotas de transporte de passageiros, linhas circulares, circuitos de turismo aquaviário e corredores destinados à movimentação de cargas, incluindo operações de apoio ao Porto do Rio. A proposta é ampliar as opções de deslocamento, integrar diferentes meios de transporte e fortalecer a logística e a atividade econômica na Região Metropolitana.

Segundo a secretária de Transporte e Mobilidade Urbana, Priscila Sakalem, o aproveitamento do potencial da Baía de Guanabara pode contribuir para reduzir a sobrecarga nos principais corredores rodoviários da região.

"Um dos principais desafios da mobilidade metropolitana é reduzir a concentração dos deslocamentos em corredores rodoviários já saturados, como a BR-101, a Avenida Brasil e a Linha Vermelha. A Baía de Guanabara oferece uma oportunidade de ampliar as conexões entre os municípios e diversificar as alternativas de transporte. Nosso desafio é planejar uma rede hidroviária integrada aos demais modais, com soluções que contribuam para reduzir a pressão sobre o sistema viário e tornar a mobilidade metropolitana mais eficiente. Por isso, o estudo e a parceria são tão relevantes", afirmou.

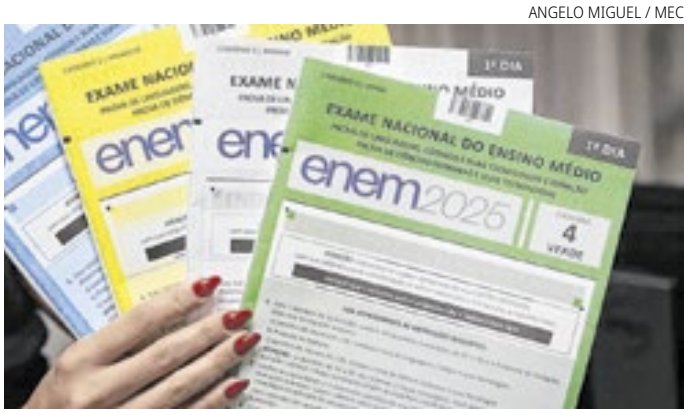
O secretário de Desenvolvimento Econômico, Roberto Gomides, ressaltou que a iniciativa pode abrir caminho para novos investimentos e oportunidades de negócios no estado.

"Esse acordo representa um passo importante para ampliar o potencial econômico da Baía de Guanabara e fortalecer a integração da Região Metropolitana do Rio. Estamos trabalhando para transformar o potencial da nossa infraestrutura aquaviária em novas oportunidades de negócios, investimentos e geração de empregos. Os estudos vão permitir avaliar alternativas para o transporte de passageiros, o turismo e a logística de cargas, contribuindo para uma mobilidade mais eficiente, reduzindo a pressão sobre as rodovias e impulsionando o desenvolvimento econômico sustentável do estado", destacou.

CORREIO CARIOCA

POR **DÉBORAH GAMA**

ANGELO MIGUEL / MEC



Candidatos fizeram 90 questões de Matemática e Ciências da Natureza

Enem 2026: Rio teve mais de 363 mil inscritos no segundo dia

Mais de 363 mil candidatos no estado do Rio de Janeiro estiveram aptos para o segundo e último dia de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026 neste domingo (15), dentro de um panorama de mais de 5 milhões de inscritos no país. Os participantes tiveram cinco horas para responder a 90 questões objetivas, divididas igualmente entre Matemática e Ciências da Natureza. Os portões abriram ao meio-dia e fecharam pontualmente às 13h, com a aplicação realizada das 13h30 às 18h30. Do total de 363.684 inscrições confirmadas no estado, 59,91% foram gratuitas. No primeiro domingo de exame, em 8 de novembro, marcado pela redação sobre a valorização do Sistema Único de Saúde (SUS), temporais deixaram 36 locais sem energia elétrica no Rio. Os estudantes prejudicados poderão pedir a reaplicação de 16 a 20 de novembro, para provas em 15 e 16 de dezembro.

Trabalha Rio chega à Maré, Andaraí e Bangu

O programa Trabalha Rio, da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda (SMTE), leva atendimento gratuito para inserção no mercado de trabalho ao Complexo da Maré, ao Andaraí e a Bangu nesta semana. A iniciativa descentraliza os serviços de empregabilidade da Prefeitura, oferecendo suporte para cadastro de currículos no banco de oportunidades do município, consulta de vagas disponíveis e orientação profissional. Para participar, os moradores devem comparecer aos locais levando documentos pessoais e uma cópia atualizada do currículo.

DIVULGAÇÃO / SMTE



Programa oferece atendimento gratuito

Roteiros de atendimentos da semana

A agenda começa nesta terça-feira (17), na Vila do Pinheiro, no Complexo da Maré, em frente à Clínica da Família ADJB Janete (Avenida do Canal), das 10h às 14h. Na quarta-feira (18), a equipe atende no Centro de Capacitação e Inclusão do Salgueiro (Rua Silva Teles, 79), no Andaraí, das 9h às 17h. Na quinta-feira (19), o serviço chega à Cozinha Comunitária Carioca Chico Xavier (Rua Jacinto Alcides, 68), em Bangu, das 10h às 14h. O secretário Manoel Vieira destacou que a ação leva políticas públicas diretamente às comunidades cariocas.

Pontos fixos também funcionam

Além das ações itinerantes nos bairros, a SMTE mantém oito Centrais do Trabalhador fixas que funcionam de segunda a sexta, das 8h às 16h. Os atendimentos ocorrem no Centro (Av. Presidente Vargas, 1.997), Cidade Nova (Rua Afonso Cavalcanti, 455), Campo Grande, Engenho Novo, Ilha do Governador, Santa Cruz, Tijuca e em Jacarepaguá (Av. Geremário Dantas, 1.400, salas 247 e 248). Em todos os pontos, o suporte ao trabalhador carioca é gratuito.

Treino contra inundações

A Defesa Civil Municipal realizou na sexta-feira (13) um exercício simulado de desocupação na Bacia do Rio Acari, na Zona Norte, e no Jardim Maravilha, na Zona Oeste. O treinamento prepara moradores para situações de emergência causadas por inundações e orienta sobre rotas seguras e pontos de apoio durante o período de temporais.

Formação comunitária

O simulado contou com 50 servidores e capacitou voluntários locais para multiplicar informações preventivas. Ao som de carros de som e avisos pelo aplicativo COR.RIO e WhatsApp, os moradores treinaram a saída rápida de casa levando documentos e remédios. O subsecretário Rodrigo Gonçalves destacou o foco na preservação de vidas.

Serviços no mutirão

Durante a mobilização, a população pôde se cadastrar no sistema de alertas por SMS e WhatsApp, além de acessar emissão de documentos e atualização da caderneta de vacinação. Para as crianças, houve jogos educativos e muro de escalada. A subprefeita dos Grandes Complexos, Marlí Peçanha, acompanhou as atividades nos pontos de apoio locais.

PAC Jardim Maravilha

Na Zona Oeste, a Prefeitura executa a segunda fase de obras do Jardim Maravilha, em Guaratiba, com aporte de R$ 340 milhões do Novo PAC. O projeto inclui um dique de 3,4 km e três reservatórios capazes de armazenar 231 milhões de litros de água contra cheias do Rio Cabuçu-Piraquê, beneficiando cerca de 30 mil moradores da região local.

Obras no Rio Acari

Na Zona Norte, o PAC Acari recebe R$ 430 milhões para ampliar a calha do rio em 3,8 km até o encontro com o Rio Pavuna, elevando a largura do canal para 50 metros. A obra inclui 740 metros de muros de contenção e limpeza contínua da Rio-Águas, que já retirou 158 mil toneladas de resíduos, beneficiando 80 mil moradores de nove bairros.

Sensores nos canais

Para reforçar o monitoramento hidrológico, a Fundação Rio-Águas instalou 21 sensores de nível que acompanham em tempo real a elevação das águas em dias de chuva. Os equipamentos operam nos rios Acari, Maracanã, Joana, Pavuna, Comprido, Jacó e Trapicheiros, nos canais do Mangue e José Sena e na Lagoa Rodrigo de Freitas, apoiando o COR-Rio.

Rio confirma 1ª morte por mpox no país e soma 382 casos

Vítima tinha doença prévia e faleceu na capital; Prefeitura retoma vacinação

Por **Déborah Gama**

A Secretaria de Estado de Saúde e o Ministério da Saúde confirmaram, na sexta-feira (13), a primeira morte por mpox no Brasil neste ano. O óbito ocorreu na capital fluminense na segunda quinzena de outubro. Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o paciente tinha entre 40 e 49 anos, possuía doença imunossupressora preexistente e esteve internado no Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas.

O estado do Rio de Janeiro contabiliza 382 casos confirmados em 2026 — sendo 221 na capital —, dentro de um total de 1.099 registros nacionais.

TRANSMISSÃO

Causada por um vírus, a mpox provoca febre, dores no corpo e lesões na pele que evoluem para bolhas. A transmissão ocorre principalmente pelo contato direto com feridas, fluidos corporais e objetos contaminados.

Assim que houver a identificação de sintomas, é preciso ir ao médico o quanto antes. A doença é contagiosa por via sexual e aérea, portanto, pode contaminar também outras pessoas que estejam próximas.

VACINAÇÃO

Para conter a alta de contágios, a Prefeitura do Rio retomou a imunização em 6 de novembro após receber 2 mil doses do Ministério da Saúde, com 700 aplicações realizadas até quinta-feira (12).

Nesta etapa inicial, o público-alvo é restrito a pessoas vivendo com HIV/Aids com contagem de linfócitos CD4 inferior a 200 células/mm³ e idade a partir de 18 anos. O esquema exige duas doses com intervalo de 28 dias, devendo avançar para usuários de PrEP.

ONDE SE VACINAR NA CAPITAL

As doses estão disponíveis em cinco pontos concentradores: nos Super Centros Cariocas de Vacinação de Botafogo, Del Castilho (Shopping Nova América) e Campo Grande (ParkShopping), além do Centro Especial de Vacinação Dr. Álvaro Aguiar (CEVAA) e do CRIE/INI da Fiocruz, que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Contratação torna público que será realizado o Pregão Presencial conforme abaixo:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2026
DIA: 02/12/2026 - Hora: 15h00
TIPO: Maior Oferta por Item
OBJETO DA LICITAÇÃO: Outorga onerosa de permissão de uso de áreas destinadas para fins de implantação e exploração de atividades comerciais no ramo de alimentação nas unidades administrativas da FUNARJ, nos termos do Edital e seus Anexos.
PROCESSO: SEI-180002/002303/2026
Observação: O edital se encontrará disponível no endereço eletrônico: www.funarj.rj.gov.br, e na sala da Comissão de Contratação, localizada na Avenida Rio Branco Nº 185 SL (Divcol)– Centro, Rio de Janeiro - RJ, a partir do dia 16/11/2026, Branco, 185, Sobreloja, Centro, Rio de Janeiro, RJ, com a Comissão de Contratação, das 10h00 às 16h00, mediante a permuta por 01 (uma) resma de papel reprográfico, formato A4, 75g/m², medindo 210 x 297 mm e da apresentação do carimbo contendo o CNPJ da empresa.

PETROPOLITANAS

ARQUIVO/TV CORREIO DA MANHÃ



Relatório é do Programa Nacional de Transparência Pública

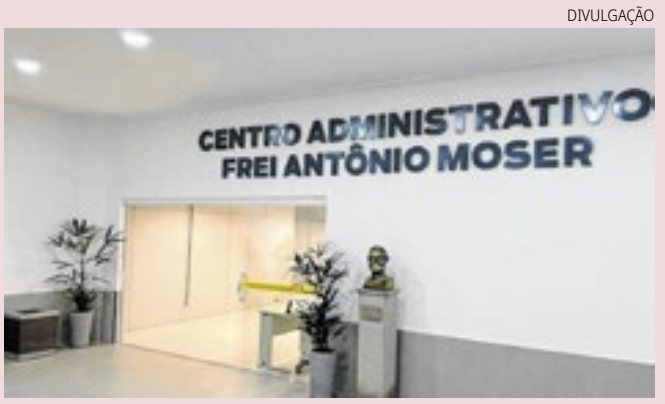
Prefeitura de Petrópolis não atende a 13 critérios de transparência

A Prefeitura de Petrópolis não atende a 13 dos 96 critérios analisados na avaliação de transparência pública de 2026. Entre os problemas identificados estão a falta de informações detalhadas sobre emendas parlamentares, despesas com diárias de servidores e autoridades, ordem cronológica de pagamentos e obras paralisadas. Os dados constam na ficha de avaliação do Radar da Transparência Pública, iniciativa da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Dos 96 critérios avaliados, 83 foram considerados atendidos e 13 não atendidos, o equivalente a aproximadamente 86,5% de atendimento na contagem dos itens. Apesar dos pontos pendentes, os 12 critérios classificados como essenciais receberam avaliação positiva. Entre os problemas identificados está a ausência de informações completas sobre emendas parlamentares federais, estaduais e municipais.

Despesas diárias também são citadas

Esses itens exigem a identificação da origem dos recursos, autoria das emendas, valores previstos e recebidos, finalidade dos repasses e execução orçamentária e financeira. Na prática, são informações que permitem à população acompanhar quanto dinheiro foi destinado ao município, quem indicou os recursos e como foram utilizados. Outro ponto é a divulgação das despesas com diárias. Segundo a avaliação, a Prefeitura não atende ao critério que exige a publicação do nome e cargo do beneficiário, entre outros critérios.

DIVULGAÇÃO



O município atendeu aos outros 86 itens avaliados

Obras públicas e SIC

Na área de obras públicas, a avaliação identificou que a Prefeitura não atende ao critério de divulgação da relação de obras paralisadas. A exigência prevê informações sobre os motivos da interrupção, o responsável pela paralisação e a previsão de retomada dos trabalhos. O levantamento também aponta falhas na transparência relacionada ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Três critérios não foram atendidos: a publicação de um relatório estatístico anual com a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e negados, entre outros.

Outras falhas identificadas

Na área da Saúde, a avaliação identificou que não são divulgadas informações sobre os estoques de medicamentos das farmácias públicas. O critério exige que a população possa consultar a disponibilidade dos medicamentos fornecidos pelo município. A ficha de avaliação também aponta que o município não atende ao critério relacionado à divulgação de informações sobre projetos de incentivo à cultura e ao esporte.

Free Flow

A Elovias dará início, a partir da 0h de amanhã, dia 16, à cobrança eletrônica pelo sistema Free Flow na rodovia BR-040. Autorizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a operação será realizada por meio de um novo pórtico no Km 831, em Simão Pereira (MG), que substituirá a atual praça de pedágio, localizada no Km 819,3.

Veículos com TAG

Diferentemente do pedágio convencional, o sistema Free Flow não tem cabines ou cancelas. O motorista passa pelo pórtico instalado na rodovia sem precisar parar ou reduzir significativamente a velocidade. Câmeras e sensores instalados na estrutura identificam o veículo e registram a passagem. Para quem utiliza TAG, a cobrança da tarifa será automática.

Site ou aplicativo

Já os veículos sem TAG serão identificados pela placa. Neste caso, o motorista deverá consultar e quitar a tarifa posteriormente pelos canais disponibilizados pela Elovias, como o site elovias.com.br e o novo aplicativo da concessionária, disponível para Android e iOS. Também será possível pagar em totens instalados nas quatro Bases de Serviço Operacional.

Prazo de 30 dias

O pagamento deverá ser feito dentro do prazo de 30 dias. Após esse período, o não pagamento da tarifa poderá resultar nas penalidades previstas na legislação de trânsito. O objetivo do sistema Free Flow é proporcionar maior fluidez ao trânsito, eliminando filas nas praças de pedágio e reduzindo o tempo de viagem.

Reunião no 26º BPM

O vereador Fred Procópio esteve com o comandante do 26º Batalhão de Polícia Militar (BPM), coronel Cortes, para discutir medidas de combate à criminalidade em Petrópolis. O encontro, na sede do Batalhão, ocorreu após recentes registros de roubos e episódios de violência no município, levando ao fechamento do terminaç do Centro às 21h.

Novas câmeras

Durante a reunião, o comandante informou que a Polícia Militar inaugurará, ainda neste mês, um centro de monitoramento por câmeras em parceria com a iniciativa privada. Além dos equipamentos próprios do batalhão, moradores, lojistas e condomínios poderão compartilhar imagens de câmeras voltadas para vias públicas.

DIVULGAÇÃO



Ocupação será realizada de forma temporária, segundo a Prefeitura

Sem detalhar indenização, garagem da Turp é retomada

Município afirma que empresa será responsável pelo pagamento mensal

Por **Richard Stoltzenburg**

A Prefeitura de Petrópolis retomou, na manhã do último sábado (14), a posse da antiga garagem da Transporte Urbano de Petrópolis (Turp), localizada no km 61,8 da BR-040, em Itaipava. A medida, segundo o município, busca recuperar a estrutura necessária para a manutenção dos ônibus e a regularidade do transporte coletivo. Entretanto, a requisição administrativa do imóvel prevê o pagamento de uma indenização mensal à proprietária do terreno, obrigação que ficará sob responsabilidade da própria empresa.

O comunicado oficial não esclarece de onde virão os recursos para esse pagamento, considerando que a Prefeitura também afirma que a antiga gestão da Turp deixou quase dois anos de aluguel em atraso.

A operação contou com a presença da Polícia Militar, da Guarda Civil Municipal (GCM) e da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans). De acordo com a Prefeitura, a ação ocorreu sem necessidade de uso da força, após a proprietária ser notificada para liberar o acesso ao espaço.

A retomada da garagem ocorre em meio à intervenção na Turp, decretada pelo município em maio deste ano, após problemas financeiros e operacionais atribuídos à antiga administração da empresa. Segundo a Prefeitura, a gestão anterior acumulou dívidas com fornecedores e profissionais, além de deixar de pagar quase dois anos de aluguel do terreno em Itaipava.

Sem a estrutura, a frota passou a operar de forma improvisada em Corrêas, em um espaço com capacidade para atender apenas dois ônibus por vez. Já o pátio de Itaipava permite a manutenção simultânea de mais de 15 veículos.

A proprietária do terreno, Patrimony Administradora de Bens S.A., recebeu a comunicação sobre a requisição administrativa em 22 de outubro, mas, segundo a Prefeitura, não viabilizou a entrada no imóvel. Diante da ausência de manifestação, a intervenção expediu o Ofício nº 08/2026, com base na chamada autoexecutoriedade do ato administrativo, mecanismo que permite à Administração Pública executar determinadas decisões sem necessidade de autorização judicial prévia.

A ocupação tem caráter temporário e deverá durar enquanto a intervenção na Turp estiver em vigor. O decreto prevê o pagamento de uma indenização mensal à proprietária, com valor a ser definido pela Comissão Permanente de Avaliação Imobiliária (CPAI).

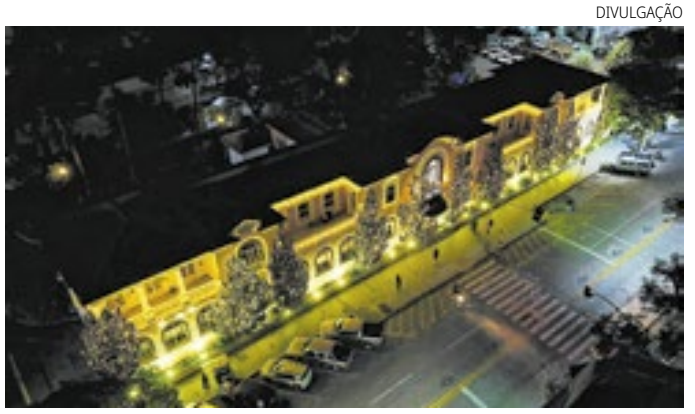
Apesar da informação sobre a responsabilidade pelo pagamento, o comunicado não apresenta o valor da indenização, a previsão de início dos repasses ou a origem dos recursos que serão utilizados pela empresa. Também não esclarece como a Turp conseguirá assumir essa despesa diante do histórico de inadimplência mencionado pela própria Prefeitura.

O interventor da empresa, Junior Cezar Maurício Marinho, afirmou que a retomada da garagem deverá facilitar a manutenção dos veículos e ampliar a capacidade operacional da concessionária.

O Correio Petropolitano questionou o Município e o Setranspetro sobre a medida e aguarda um posicionamento.

CORREIO
SERRANO

DIVULGAÇÃO



Desfile conta com seis carros temáticos e um elenco de 150 artistas

Nova Friburgo abre temporada de desfiles de Natal Encantado

A Avenida Alberto Braune se transformou em um palco a céu aberto neste sábado, 14 de novembro, às 20h, para o primeiro desfile da sexta edição de "Um Encanto de Natal". Com seis carros temáticos e um elenco de 150 artistas, o desfile combina música, dança, teatro e arte circense ao som de uma trilha sonora exclusiva. Bailarinos, atores, artistas circenses e integrantes da comunidade local dão vida aos personagens e interagem com o público ao longo do percurso. Realizados pela Prefeitura de Nova Friburgo, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, os desfiles dobram em número nesta edição: serão oito apresentações, contra quatro no ano passado. Todas acontecem às 20h, na Avenida Alberto Braune, com acesso gratuito. Para que mais pessoas possam aproveitar o espetáculo, "Um Encanto de Natal" conta com um espaço reservado para pessoas com deficiência (PCDs) e com o Espaço Sensorial, ambiente de acolhimento e regulação.

Jonas Dico busca apoio em Brasília

O prefeito de Três Rios, Jonas Dico, esteve na última semana em Brasília, acompanhado de secretários municipais, em diversas agendas de articulação política e institucional para buscar investimentos e novas oportunidades para o município. Entre as pautas no Congresso Nacional está a implantação de um campus do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) em Três Rios. Durante a agenda na capital federal, o prefeito e a equipe se reuniram com o reitor do IFRJ, Thiago Matos Pinto, dando continuidade às conversas iniciadas.

DIVULGAÇÃO



Implantação de um campus do Instituto Federal

Futuro da educação em Três Rios

A proposta representa uma importante perspectiva para o futuro da educação em Três Rios a oferta de ensino médio técnico em período integral, contemplando estudantes do 1º ao 3º ano, além de cursos de formação e capacitação profissional. A chegada do IFRJ poderá ampliar o acesso à educação pública de qualidade, preparar os jovens para o mercado de trabalho e criar novas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, fortalecendo também o desenvolvimento econômico de Três Rios e de toda a região.

Programa Bolsa Família em Cordeiro

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos de Cordeiro, representada pela Coordenadora do Cadastro Único, Fernanda Miliosse, e a Secretaria Municipal de Educação, representada pelo servidor Fernando Barros, participaram do III Seminário Intersetorial do Programa Bolsa Família – "Territórios que Conectam Direitos", realizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

Festival da mandioca

Santa Maria Madalena recebe, nos dias 20 e 21 de novembro, a 5ª Festa da Mandioca, com uma programação diversificada que reúne atrações musicais, culturais, esportivas e gastronômicas. O evento também contará com atividades voltadas à valorização da produção rural, das tradições locais e do turismo.

Dengue em foco

A Prefeitura de Três Rios, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, está realizando o Levantamento Rápido de Índices para Aedes aegypti (LIRAa) 2026. A ação, conduzida pelas equipes da Vigilância em Saúde Ambiental, tem como objetivo identificar a presença de larvas do mosquito transmissor da dengue, zika e chikungunya e mapear as áreas.

Combate ao mosquito

Durante o levantamento, os agentes de combate às endemias visitam imóveis selecionados, inspecionam locais que possam acumular água, identificam possíveis criadouros e realizam a coleta de amostras, quando necessário. As informações são registradas e utilizadas para avaliar os índices de infestação do mosquito.

Monitoramento

O LIRAa é uma importante ferramenta de monitoramento, pois permite que o município direcione suas estratégias de combate ao mosquito de acordo com a situação identificada em cada região, tornando o trabalho das equipes mais eficiente. A Secretaria Municipal de Saúde reforça que a participação da população é fundamental.

Recomendações

Além de permitir o acesso dos agentes aos imóveis selecionados, os moradores devem manter os cuidados preventivos, eliminando recipientes que acumulem água e verificando regularmente quintais, calhas, ralos e caixas-d'água. O combate à dengue é um trabalho contínuo, que envolve o poder público e a colaboração dos moradores.

Regularização

A Prefeitura de Teresópolis, por meio da Secretaria de Urbanismo, convocou representantes de secretarias e órgãos públicos e a sociedade civil para a reunião da Comissão Municipal de Regularização Fundiária. O encontro será realizado no dia 19 de novembro, às 19h, no Teatro Municipal, localizado no 2º piso da Prefeitura.

Obras da Praça Getúlio Vargas em Friburgo têm aditivo de R$ 2 mi

Prefeitura anunciou mudanças no piso já colocado na primeira etapa das obras

Por **Leandra Lima**

A Prefeitura de Nova Friburgo anunciou que haverá prorrogações nas obras da Praça Getúlio Vargas pois o piso já colocado nas primeiras etapas das obras será alterado. Sendo assim, a intervenção, gerida pela Fundação D. João VI em parceria com a empresa Terrplan Serviços Ltda., teve o primeiro Termo Aditivo (Contrato 195/24), que prorrogou os prazos por mais 180 dias ao custo de R$ 2,3 milhões.

Essa mudança, segundo a Fundação e a Prefeitura, foi necessária pois após a execução do Setor 1 da obra da Praça Getúlio Vargas, foi realizada pela fiscalização e a empresa Terrplan, a análise técnica da paginação definida em projeto para o assentamento das placas de concreto. Nessa ocasião, foi identificada que deveria haver uma mudança nas placas.

Constatou-se que a disposição das peças e blocos assentados no piso poderia comprometer a estabilidade e a durabilidade do pavimento. Com isso, a primeira etapa terá que ser refeita. Enquanto o primeiro trecho passará pelo reassentamento das placas nas próximas semanas, os setores seguintes já seguem o padrão corrigido. "A alteração consiste na manutenção do alinhamento longitudinal das placas, adotando a disposição das peças com amarração entre as fileiras, proporcionando o desencontro das juntas transversais, distribuindo melhor o peso do tráfego e evitando deformações ao longo do tempo", explicou a Fundação.

Segundo os órgãos, as outras etapas da obra não sofreram impactos diante desta repaginação. Considerando que o projeto da praça foi dividido em três setores, atualmente no Setor 2, essa nova paginação já está sendo executada. No Setor 3, que começará em breve, também seguirá este mesmo padrão. Sendo assim, será feito nas próximas semanas o reassentamento das placas de concreto do Setor 1, seguindo a nova paginação, para que toda a praça tenha o mesmo padrão de execução.

Além dos órgãos mencionados, o projeto também lida com intervenções ligadas ao patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
AVISO
ERRATA DE EDITAL

A AGENTE DE CONTRATAÇÃO A AQUIPE DE APOIO, Designada pela Portaria INEA/DIREX Nº 144 DE 11 DE MAIO DE 2026, do Instituto Estadual do Ambiente-INEA torna público a errata de edital da licitação abaixo:
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 008/2026.
OBJETO: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIOS IGUAÇU-SARAPUÍ, NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS – RJ, dentro do Programa Novo PAC- 1ª Seleção
Aclara-se que, para fins de análise da exequibilidade da proposta de preços, deverá ser observado o percentual estabelecido no item 7.4 do Edital, em consonância com o disposto no art. 59, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Nesse sentido, informa-se que o percentual indicado na Errata R01, item 11.1.3, alínea "d", contém erro de natureza material, razão pela qual se faz necessária a seguinte retificação:
Onde se lê: *inferior a 70%.*
Leia-se: *inferior a 75%.*
PROCESSO SEI-070002/001282/2026

CSN enfrenta pressão do mercado após queda na Bolsa

Investidores acompanham próximos movimentos da empresa nesta segunda

WALLACE FEITOSA/CSN



Endividamento de R$ 44,9 bilhões amplia preocupação e empresa avalia nova venda de participação na área de mineração

Por **Sônia Paes**

A segunda-feira (16) começa com expectativa no mercado financeiro em relação ao comportamento das ações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), depois de os papéis da empresa derreterem na Bolsa de Valores na sexta-feira (13). As ações CSNA3 fecharam em queda de 12,06%, cotadas a R$ 3,72, no menor patamar desde janeiro de 2016. Motivo: resultados negativos do terceiro trimestre e o elevado endividamento do grupo.

A divulgação do balanço, na noite de quinta-feira, dia 12, apontou prejuízo líquido de R$ 1,25 bilhão entre julho e setembro, revertendo o lucro de R$ 76 milhões obtido no mesmo período de 2025. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) somou R$ 1,88 bilhão. Ou seja: teve recuo de 43% na comparação anual e abaixo dos R$ 1,94 bilhão projetados pelo mercado.

ENDIVIDAMENTO VAI A R$ 44,9 BILHÕES

A dívida líquida do conglomerado alcançou R$ 44,9 bilhões no terceiro trimestre, enquanto a relação entre dívida líquida e Ebitda avançou de 3,49 para 4,23 vezes. O indicador, quando ultrapassa três vezes, acende de alerta para o mercado, especialmente em empresas que precisam de investimentos elevados e enfrentam dificuldades para gerar caixa.

Analistas do BTG Pactual, Leonardo Correa, Marcelo Arazi e Rodrigo Gotardo, avaliam que as transações já anunciadas são positivas, mas insuficientes para reverter o quadro financeiro.

CSN MINERAÇÃO

Em meio à forte crise, a CSN cogita uma venda adicional de sua participação na CSN Mineração para a sócia japonesa Itochu. Segundo informações apuradas pelo Pipeline, do jornal Valor Econômico, o grupo abriu conversas sobre uma potencial transação.

Atualmente, o grupo controlado por Benjamin Steinbruch detém 70% da CSN Mineração, enquanto a Itochu possui 20,31% da companhia. Uma eventual negociação de participação na mineradora poderá representar uma alternativa para levantar recursos e reduzir o endividamento da controladora.

VENDA DE ATIVOS É INSUFICIENTE

A CSN já fechou duas operações importantes para reduzir suas obrigações financeiras. Uma delas foi a venda da CSN Cimentos para a chinesa Huaxin Building Materials Group, em uma transação avaliada em R$ 12,7 bilhões.

A empresa também assinou acordo para vender a siderúrgica alemã Stahlwerk Thüringen (SWT) ao grupo espanhol Megasa, por â,¬ 550 milhões, aproximadamente R$ 3,1 bilhões. A conclusão dessa operação está prevista para dezembro.

MINERAÇÃO E SIDERURGIA SENTEM PRESSÃO

Na divisão de mineração, o Ebitda recuou 59% em relação ao segundo trimestre. O preço realizado do minério caiu 18%, para US$ 40 por tonelada, influenciado também pelo aumento dos custos de frete.

Em setembro, a CSN Mineração já havia revisado para baixo sua projeção de produção anual e interrompido as atividades na planta de processamento do Complexo Pires.

Na siderurgia, o resultado também apresentou fragilidade. O Ebitda reportado foi de R$ 576 milhões, mas, segundo o BTG Pactual, o número foi beneficiado por um ajuste não recorrente de R$ 211 milhões. Sem esse efeito, a margem operacional ficou em torno de 6%, próxima dos menores níveis da última década.

‘Feirão’ reúne 10 empresas e oferece 300 vagas

Da **Redação**

Cerca de 800 pessoas passaram pelo 1º Feirão de Empregos de Pinheiral. A iniciativa reuniu mais de 10 empresas, que ofereceram mais de 300 vagas de trabalho, distribuídas em aproximadamente 80 cargos e funções profissionais, abrangendo diferentes setores, desde atividades administrativas até o segmento metalúrgico. A prefeitura divulgou o balanço do evento na sexta-feira, dia 13. O feirão aconteceu na quarta-feira (11), na Quadra José Hugo Leal, conhecida como Quadra Central

Promovido pela Secretaria Municipal de Trabalho, Comércio e Desenvolvimento Econômico, o evento teve como objetivo aproximar empresas e trabalhadores, facilitando o acesso às oportunidades de emprego e contribuindo para a inserção e recolocação profissional no mercado de trabalho.

Durante o feirão, os candidatos puderam entregar currículos, conversar diretamente com representantes das empresas e obter informações sobre os processos seletivos. A diversidade de vagas ampliou as possibilidades para profissionais com diferentes experiências e qualificações.

BANCO DE TALENTOS

Um dos destaques da programação foi o lançamento do Banco de Talentos, nova funcionalidade incorporada ao aplicativo Pinheiral Digital. A ferramenta permite que os trabalhadores cadastrem seus currículos e que as empresas divulguem oportunidades de emprego, facilitando o contato entre candidatos e empregadores.

Com a novidade, a conexão entre empresas e profissionais poderá continuar mesmo após o encerramento do feirão. A proposta é tornar os processos de recrutamento e seleção mais acessíveis, ágeis e eficientes.

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
AVISO

A SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SEHIS, torna público que fará realizar licitação, tendo como objeto: Prestação de serviços para contratação de empresa para a prestação de serviços de Locação de Veículos de Representação, Serviço e Operacionais.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico PE/SEHIS n° 09/2026.
TIPO: Menor Preço.
DATA DA ABERTURA: 01/12/2026.
PRAZO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até 11h00.
HORA PARA OFERECIMENTO DE LANCES: 11h30.
LOCAL: www.compras.rj.gov.br.
PROCESSO Nº SEI-490001/000740/2026.
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br e no site da SEHIS https://www.rj.gov.br/habitacao/licitacoes_e_contratos alternativamente, poderá o Edital ser adquirido uma via em meio digital mediante a permuta de 01 (um) PENDRIVE DE 64G no Campo de São Cristóvão nº 138, São Cristóvão/RJ - 5º andar no setor de licitações. Ressaltamos que para a retirada física do Edital, o licitante deverá trazer um pendrive de sua escolha, lacrado, para gravação do edital e anexos.

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMONIAL
AVISO

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, instituída pela Resolução nº 198, de 31 de julho de 2026, torna público para conhecimento dos interessados que, às 11h do dia 09 de dezembro de 2026, será realizada, no Auditório da Secretaria de Estado da Casa Civil, situado a Rua Pinheiro Machado – s/nº Prédio Anexo ao Palácio Guanabara – Térreo – Laranjeiras - Rio de Janeiro/RJ, a CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 02/2026, cujo objeto é a seleção da proposta mais vantajosa para a outorga de CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE BEM PÚBLICO PARA A GESTÃO, EXPLORAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO DE REMO DA LAGOA, mediante critério de julgamento de MAIOR OFERTA DE OUTORGA FIXA ANUAL, conforme especificações constantes no Edital. Processo nº SEI-150001/014321/2024.
O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico https://www.rj.gov.br/casacivil/concorrencia ou poderão adquirir cópia junto a Comissão de Contratação, sito à Rua Pinheiro Machado s/n.º, Prédio Anexo Palácio Guanabara, 4º andar, Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ de segunda a sexta-feira das 09h00 às 17h00.

CORREIO
NO MUNDO

DISCOA340 VIA WIKIMEDIA COMMONS



Dezenas de milhares de passageiros continuam retidos em aeroportos

Troca de cabos causou suspensão que afetou voos nos EUA

Mais de 28 mil voos foram afetados na sexta-feira (13) e neste sábado (14) nos Estados Unidos após a suspensão das decolagens provocada por uma falha nos sistemas de comunicação da aviação, informou a Administração Federal de Aviação (FAA, na sigla em inglês).

A FAA determinou na sexta-feira a suspensão nacional das decolagens, o que interrompeu quase todos os voos que partiam de aeroportos do país por quase cinco horas. A falha levou as companhias aéreas a cancelar aproximadamente 9.200 voos e atrasar 7.500 apenas na sexta.

Neste sábado, até 18h15, as companhias aéreas haviam cancelado mais 5.300 voos nos EUA e atrasado quase 6.300, de acordo com o FlightAware, site de informações sobre aviação. Pela dimensão do problema, só perde para o que ocorreu nos EUA após os atentados de 11 de setembro de 2001.

Chefe da FAA pede desculpas pela interrupção

O chefe da FAA, Bryan Bedford, disse esperar que as operações das companhias aéreas retornem à normalidade até o final do domingo (15). Ele também pediu desculpas pela interrupção, acrescentando que o sistema permanece estável. O secretário de Transportes dos Estados Unidos, Sean Duffy, afirmou neste sábado que a empresa terceirizada L3Harris, contratada pela FAA, trabalhava em uma região remota para substituir cabos de cobre por fibra óptica quando ocorreu o problema.

FEDERAL AVIATION ADMINISTRATION, PUBLIC DOMAIN, VIA WIKIMEDIA COMMONS



Bryan Bedford tem uma grave crise para lidar na FAA

Investigação sobre possível erro humano

Segundo Duffy, as autoridades investigam se a falha foi provocada por erro humano durante a instalação dos equipamentos ou por um defeito no roteador utilizado pela empresa. "Estamos tentando determinar se houve incompetência, ou seja, se foi um erro do usuário ou da instalação feita pela L3Harris, ou se eles instalaram um roteador defeituoso. Ainda não identificamos a causa", afirmou. A hipótese que ganha mais força é a de uma falha em um único roteador instalado pela empresa. "Este era um sistema da FAA que não estava à altura do momento", disse.

Problema causou sobrecarga de dados

O problema provocou uma sobrecarga de dados em outros centros de comunicação. "Tivemos mais de mil tentativas de conexão a cada quatro ou cinco segundos. Isso gerou problemas na comunicação com as aeronaves e também causou algumas interrupções em nosso sistema de radar", disse. As companhias Delta Air Lines, United Airlines e American Airlines cancelaram, cada uma, cerca de 20% de seus voos no sábado.

Sem culpa de IA

Na JetBlue, o percentual chegou a 40%. Duffy afirmou que a falha não foi causada por ferramentas de inteligência artificial usadas para organizar os horários dos voos nem por ataques cibernéticos, hipóteses que foram levantadas.

A Agência de Segurança Nacional (NSA) participa em conjunto desta investigação.

Territórios pela Otan?

Negociadores americanos levantaram a chance da Ucrânia se retirar da região de Donbass em troca de uma eventual adesão à Otan, afirmou o presidente Volodimir Zelenski após rodada de negociações de paz com a Rússia, realizada em Abu Dhabi. Esta foi a primeira menção à possibilidade de vincular a entrada na aliança militar a concessões territoriais.

Conversa difícil

A fala foi feita por Zelenski a jornalistas neste sábado (14). "Os americanos levantaram uma questão: 'E se a Ucrânia entrar na Otan? A Ucrânia se retiraria de Donbass?", afirmou. "Por isso, acredito que a Otan voltou à pauta. Mas vocês também ouviram os sinais [do presidente russo, Vladimir] Putin, e esta é uma conversa extremamente difícil."

Putin discorda

Putin afirma há anos que a adesão da Ucrânia à Otan é inadmissível para Moscou. O líder russo cita a possibilidade do ingresso do vizinho na aliança como uma das justificativas para a invasão de 2022. Zelenski reiterou que Kiev não está disposta a ceder territórios, mas afirmou que há algumas condições para poder levantar possibilidades.

Condições de Zelenski

Zelenski disse que se recebesse um pacote abrangente de garantias de segurança, o direito de manter um Exército ucraniano forte e bem financiado e recursos para reconstrução, submeteria a questão a um referendo nacional. Ele rejeitou o pedido russo por acordo amplo sobre a arquitetura de segurança europeia seja negociado antes do entendimento sobre a guerra.

Fim da guerra é o foco

"Não podemos inverter tudo e começar falando sobre uma mudança na estrutura de segurança do mundo ou de todo o continente para só depois discutir o fim desta guerra. Esta guerra precisa acabar primeiro", afirmou o presidente ucraniano, que também rejeitou um pedido russo de trégua humanitária em Kostiantynivka.

REPRODUÇÃO/ONU YOUTUBE



Milei quer ampliar relações comerciais para 90% dos países até 2031

Milei confirma candidatura à reeleição em 2027

Argentino promete reduzir impostos em US$ 500 bilhões

Por **Folhapress**

O presidente da Argentina, Javier Milei, confirmou neste sábado (14) que disputará a reeleição em 2027 e prometeu aprofundar a abertura comercial do país e reduzir os impostos em US$ 500 bilhões (cerca de R$ 2,82 trilhões) até 2031, caso seja eleito para um segundo mandato.

As declarações foram feitas durante a inauguração de uma exposição sobre Manuel Belgrano, no Museu da Casa Rosada, em Buenos Aires, como parte da programação da Noite dos Museus.

"Para aqueles que duvidam que estou indo para a reeleição: sim, estou indo para a reeleição", afirmou o presidente, ao apresentar suas metas para os próximos anos. As eleições presidenciais argentinas estão marcadas para o dia 24 de outubro de 2027.

Milei prometeu ampliar as relações comerciais da Argentina para alcançar 90% dos países do mundo até 2031. Segundo ele, quando assumiu o governo, em dezembro de 2023, o país comercializava com cerca de 10% do planeta. Atualmente, esse percentual teria atingido 30% após a abertura de mais de 500 mercados, afirmou.

O presidente citou os acordos comerciais com a União Europeia, a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta, na sigla em inglês), Singapura e os Estados Unidos como exemplos dos avanços de sua política de abertura econômica. Também mencionou as negociações para uma eventual entrada argentina no bloco transpacífico.

A redução tributária foi apresentada como uma das principais promessas de um eventual segundo mandato. "Vamos continuar baixando impostos e, durante todo o período, se o cenário-base se confirmar, vamos devolver aos argentinos US$ 500 bilhões, ou seja, o equivalente ao que temos de dívida", afirmou.

O valor se refere à redução acumulada da carga tributária projetada pelo governo, e não a um pagamento direto aos contribuintes. Milei condicionou a promessa à manutenção de seu programa econômico e ao cumprimento das projeções oficiais para os próximos anos.

A promessa de Milei ocorre em um cenário de resultados econômicos contraditórios. Desde que assumiu a Presidência, em dezembro de 2023, o ultraliberal conseguiu reduzir a inflação, que havia chegado a 211,4% em 12 meses naquele ano, e reverter o déficit das contas públicas. Em 2024, a inflação anual caiu para 117,8% e, em 2025, para 31,5%.

O processo, porém, perdeu força em 2026. Depois de meses de desaceleração, os preços voltaram a acelerar e a inflação acumulada em 12 meses chegou a 33,1% em outubro, segundo o Indec, o instituto oficial de estatísticas argentino.

CORREIO ESPORTIVO

POR **PEDRO SOBREIRO**

CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA



Pedrinho foi reeleito presidente do Vasco com 4.575 votos dos sócios

Pedrinho é reeleito presidente do Vasco para o triênio 2027-2029

Vivendo uma nova era nos bastidores, o Vasco da Gama teve mais uma eleição presidencial sem grandes polêmicas. No novo pleito, o atual presidente Pedrinho foi reeleito para o triênio 2027-2029, que deve marcar a transição e entrada da nova SAF Cruzmaltina, comandada por Marcos Lamacchia. Pedrinho, inclusive, já falava nos bastidores que não tinha interesse em tentar a reeleição, mas foi convencido pelo próprio Lamacchia a se candidatar, visto que o empresário gostaria de trabalhar com ele nesta fase de transição.

– Nunca prometo títulos, nunca prometi. E não vou prometer. Prometo uma construção do que a gente fez nesse contrato, de um Vasco com dívidas sanadas, um investidor com CNPJ no Brasil e com potencial financeiro quase infinito. O Vasco volta a ter respeito, não ter salários atrasados, perigo de transfer ban. É um Vasco com dignidade – disse Pedrinho.

Novorizontino é campeão inédito da Série B

Após anos "batendo na trave", o Novorizontino não só conquistou o acesso para a Série A, como também se sagrou campeão da Série B 2026. A equipe derrotou o Criciúma por 1 a 0, no Estádio Heriberto Hulse, em Santa Catarina, e conquistou o título inédito. Antes mesmo de garantir o lugar no pódio, o Tigre do Vale já estava classificado para a Série A. Esta será a primeira vez do clube paulista na elite do futebol brasileiro. A equipe do técnico Enderson Moreira chegou à cidade de Criciúma dependendo apenas de si para ser campeã.

LEO PIVA/CBF



Cláudio Gomes entrega a taça da Série B para o Novorizontino

CBF celebra o sucesso do novo regulamento

Enquanto o jogo estava empatado no Heriberto Hulse, o Juventude vencia o Botafogo-SP por 2 a 0, no Alfredo Jaconi, e torcia por uma derrota do Novorizontino. Com o resultado, a Juve garantiu acesso direto à Série A. Os gaúchos ficaram com o segundo lugar, com 71 pontos. A fase de pontos corridos da Série B do Brasileirão de 2026 chegou ao fim neste sábado, com a festa do Novorizontino. O diretor de marketing de competições da CBF, Cláudio Gomes, destacou o sucesso desta edição da competição, marcada por grandes disputas e pela estreia do novo regulamento.

Rodada final foi marcada por muita emoção

"Mais uma Série B entregue. Dessa vez, uma Série B diferente, agora com regulamento diferente e os playoffs. A rodada foi até o último minuto com muita emoção. Parabéns ao Novorizontino, campeão inédito. Parabéns pelo acesso também do Juventude. É uma satisfação muito grande fazer parte disso. É muito prazeroso para a CBF fazer mais uma grande entrega", disse Cláudio Gomes.

Playoffs por vaga na elite

A partir desta temporada apenas o campeão e o vice-campeão conquistam o acesso direto para a Série A. Novorizontino e Juventude ficaram com as duas vagas. As outras duas oportunidades serão definidas em um sistema de playoffs, com confrontos entre o 3º e o 6º colocados e entre o 4º e o 5º, em jogos de ida e volta.

Rebaixados para a Série C

Os duelos dos playoffs serão realizados entre Vila Nova x Atlético-GO e Fortaleza x Criciúma. Na outra ponta da tabela, a rodada também definiu os quatro clubes rebaixados para o Campeonato Brasileiro Série C de 2027, que foram quatro equipes tradicionais do futebol brasileiro: Avaí, Londrina, América-MG e a Ponte Preta.

River Plate quer Rossi

Titular absoluto do Flamengo, o goleiro Rossi pode mudar de ares na próxima temporada. De acordo com o Bolavip, o goleiro rubro-negro é o principal alvo do River Plate, da Argentina, que prepara uma oferta generosa para tirá-lo do clube da Gávea. Os argentinos apostam na nacionalidade do goleiro e na crise pelo banimento das bets para apresentar a proposta.

Recuperação Judicial

O Botafogo está com seu processo de recuperação judicial, que pode acontecer até o final deste ano. No entanto, é mais provável que fique para o ano que vem. A informação é do "Canal do TF". Segundo ele, a pausa para a Copa do Mundo foi fundamental para que o Alvinegro pudesse reorganizar suas finanças e evitar a luta contra o rebaixamento.

Rodrigo Castillo

Jogador mais caro da história do Fluminense, o atacante Rodrigo Castillo custou cerca de R$ 53 milhões, na cotação da época. Só que a diretoria do Lanús, da Argentina, alega que o Tricolor não realizou o pagamento dentro do formato combinado e estuda acionar a Justiça para receber o que alegam faltar, o que jogaria o custo do atleta para cerca de R$ 68 milhões.

Admar Lopes continua

Com a reeleição de Pedrinho à presidência do Vasco, quem garantiu presença no Cruzmaltino por mais tempo foi o diretor de futebol Admar Lopes. O dirigente português conta com o prestígio do presidente e foi aprovado por Marcos Lamacchia, futuro comprador da SAF, que deu o aval pela extensão de contrato de Admar até dezembro de 2027.

RAFAEL RIBEIRO/CBF



Brasil volta a campo nesta terça (17), às 7h (de Brasília), contra Singapura

Ancelotti não vê nova derrota para o Japão como vexame

Seleção Brasileira voltou a perder para os japoneses por 3 a 2 em amistoso

Por **Pedro Sobreiro**

Em outubro de 2025, o Brasil perdeu para o Japão em uma partida oficial pela primeira vez na história. Na ocasião, já sob comando do italiano Carlo Ancelotti, a Seleção saiu na frente do placar e levou a virada em lances problemáticos da zaga brasileira. O resultado foi muito celebrado pelos japoneses, que viriam a ser adversários do Brasil na Copa do Mundo de 2026.

Neste ano, já em fase eliminatória, o Brasil conseguiu eliminá-los, de virada, com gol no último minuto. O que veio depois, porém, foi mais uma eliminação traumática do Brasil em Copas.

No último sábado (14), em Singapura, a Seleção Brasileira encarou o Japão novamente e, mais uma vez, perdeu por 3 a 2. Agora, porém, o desempenho foi mais alarmante, já que os nipônicos abriram 2 a 0 e tiveram amplo domínio da partida. O Brasil chegou a empatar o placar, mas Sakamoto, nos acréscimos, deu a vitória aos japoneses.

Para Carlo Ancelotti, essa nova derrota não ganha ares de vexame muito por conta da qualidade do adversário.

– Japão é um time organizado, com intensidade e faltas para parar nossos contra-ataques. Estou satisfeito com o jogo que fizemos. O início não foi bom. Reagimos e tivemos a chance de empatar e ganhar. Eu falei ontem que o trabalho dele [Moriyasu] é muito bom. O Japão é um bom time, competitivo no melhor nível – afirmou.

Na verdade, o italiano preferiu valorizar o poder de reação do time derrotado.

– A análise do jogo é que começamos bem. A equipe estava bem equilibrada. Perdemos dois duelos e a equipe caiu um pouco ali, pausou. Encaixamos dois gols, a equipe teve boa reação. Fomos bem... com intensidade, com ritmo. Poderia ganhar o jogo. Uma pena o resultado. Não gosto de perder, mas temos que olhar o que fizemos de bom. Tem jogadores que entraram pela primeira vez e mostraram qualidade – comentou.

Infelizmente, Carlo parece não ter compreendido o tamanho do problema que envolve uma Seleção Brasileira carente de identidade e de esquema de jogo. O trabalho do italiano não é bom, por mais que ele pregue calma e paciência. Parece haver uma grande carência de senso de urgência, que vai complicar o Brasil no ciclo para a Copa América e para a Copa do Mundo de 2030 se não for sanado o mais rápido possível.

‘A cada um dos eleitores que me confiaram nesse voto de confiança, eu não os decepcionarei’

Em entrevista ao jornalista Ricardo Bruno ao programa Agenda do Poder, da rede CNT de televisão, o senador eleito Carlos Jordy comenta um pouco como será sua agenda parlamentar

Da **Redação**

Deputado federal, Carlos Jordy foi alçado para ser candidato ao Senado na chapa pura do PL na disputa pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Um dos campeões de votos, com mais de três milhões e novecentos mil votos, foi eleito e será um dos representantes do Rio na próxima legislatura no Senado Federal. Nesta edição, um resumo da entrevista que o parlamentar deu ao jornalista Ricardo Bruno ao programa Agenda do Poder, que é transmitido pela rede CNT de televisão.

CM



O parlamentar Carlos Jordy (PL) e o jornalista Ricardo Bruno nos estúdios do Correio da Manhã, na Barra da Tijuca, Zona Sudoeste do Rio, onde aconteceu a gravação do programa

Ricardo Bruno: Qual é exatamente a sua expectativa logo de início no exercício do mandato? Porque você vai assumir num momento de muita turbulência, de muita tensão.

Carlos Jordy: Ricardo, a nossa responsabilidade aumentou muito, porque a expectativa de que a sociedade tinha diante do cenário do primeiro turno, um cenário que foi uma vitória acachapante da direita em todo o Brasil, em especial aqui no Rio de Janeiro. Nós ganhamos as duas vagas ao Senado: Portinho com mais de 4 milhões de votos, eu com quase quatro milhões de votos, 3.912.405 votos. Inclusive, quero agradecer a cada um dos eleitores que me confiaram nesse voto de confiança. Eu digo que eu não os decepcionarei, vou honrar esse voto de confiança. Nós sabemos que agora Lula está apostando todas as suas fichas na eleição de Alcolumbre. E os ministros do Supremo também, os ministros do Supremo querem Alcolumbre porque ele significa o status quo, a manutenção do status quo.

R.B: E você identifica algum tipo de pressão de ministros do Supremo já nessa pré-campanha para o Senado?

C.J: Não tenho dúvida. Todos nós já estamos sofrendo essas pressões. Todos os senadores eleitos, pressões, recados, intimidações, sobretudo aqueles parlamentares que têm já algum processo no Supremo Tribunal Federal, e não só isso, ofertas que partem do outro lado. Alcolumbre hoje tem como seu maior aliado Lula. Lula está dando a mala para que Alcolumbre possa comprar votos do nosso campo político, e eles têm colocado como Alcolumbre já tendo praticamente vencido essa disputa. Têm tentado desanimar a oposição para, inclusive, fazer com que alguns parlamentares possam perceber que a guerra já está perdida. Então, já que está perdido, é aquela história: se não pode com ele, junte-se a eles. Eu tenho plena convicção que hoje nós temos mais votos, só que, como eu falei, a pressão, a cooptação está sendo muito grande.

R.B: Você tem algumas propostas de reforma do STF, de reforma do judiciário, eu queria que você apresentasse aqui os pontos que você considera essenciais para mudar, digamos, a forma de atuação do Supremo Tribunal Federal.

C.J: A eleição do Rogério Marinho é realmente uma eleição que vai fazer com que o Senado possa ser o grande bastião da democracia e da liberdade para que a gente consiga acabar com as disfuncionalidades que ocorrem entre os três poderes. Porque o Rogério Marinho tem esse compromisso de fazer com que o Senado possa ser, de fato, independente. E a independência do Senado vai fazer com que nós possamos fazer agendas positivas para o Brasil, agendas positivas para reequilíbrio entre os poderes. E uma dessas agendas é que ele quer fazer grupos de trabalho para estudar algumas propostas de interesse da população brasileira. Esse grupo de trabalho tem como proposta analisar essa reforma do STF. A competência criminal do STF faz com que os ministros utilizem isso sempre como chantagem contra os parlamentares, contra os senadores e contra os deputados.

R.B: Mas se tira do Supremo, vai ser encaminhado para que instância? Para que corte?

C.J: A análise dessas propostas será feita nesses grupos de trabalho. Existem inúmeras propostas. Por exemplo, os senadores e deputados têm de ser julgados na primeira instância, sendo os tribunais regionais federais.

R.B: Jordy, você relatou aqui ainda há pouco que alguns senadores que têm ações em tramitação no Supremo estão sofrendo pressões de ministros e tal. Você está no inquérito das fake news, que foi arquivado agora, e está também naquele inquérito de oito de janeiro. Você tem sofrido algum tipo de pressão?

C.J: Não. Eu não estou apenas nesse inquérito do 8 de janeiro. Eu também estou no inquérito do Flávio Dino. Inclusive, ele fez aquela busca e apreensão na minha casa, no dia do aniversário da minha filha, por um suposto desvio de cota parlamentar de um carro que eu alugo desde o primeiro dia do primeiro mandato. Olha só, nós não estamos, digamos assim, no meu caso, sofrendo pressões diretas. Alguns parlamentares, eles falam, que recebem ligações, mas nós ouvimos alguns recados. Eu não vou entrar em muitos detalhes, mas é fato que sim, ocorrem recados, ocorrem pressões, alguns mais incisivos, mais contundentes, e outros mais nos bastidores.

R.B: Eu queria saber quais são as pautas do interesse do Rio de Janeiro, na República, no Senado?

C.J: Eu sei que o papel do senador vai muito além do deputado federal. Eu sou representante do estado, não da população. E nós temos problemas seríssimos no nosso estado. Você destacou alguns aqui. A questão do endividamento público do Estado do Rio de Janeiro, que saltou, em vinte anos, de quarenta e dois bilhões para duzentos e quarenta e cinco bilhões. E tendo pago já muito volume dessa dívida, mas se tornou impagável. Nós saímos do regime de recuperação fiscal, que suspendia as parcelas da dívida. Era um regime que não atendia aos estados para conseguir sanar esse problema. Fomos para o PROPAG, que veio para reduzir os juros da dívida. Mas isso não resolve o problema efetivamente do endividamento público. O problema é que nós temos uma dívida pública que precisa ser atacada no principal. E nós precisamos de um novo modelo. É preciso um novo regime fiscal impedindo que os gestores, de fato, gastem mais do que se arrecada, porque a lei de responsabilidade fiscal tem falhado miseravelmente nisso.

Leia o QR-code e veja a entrevista com Carlos Jordy

SÉRGIO CABRAL

Jornalista

Insegurança Pública

O estado do Rio de Janeiro é a minha paixão. Seu povo é a síntese do país. O grande presidente Fernando Henrique Cardoso o definiu como o "Farol do Brasil". Essa definição serve para o bem e para o mal.

E há um mal que tem corroído nossa vida em sociedade: a insegurança pública. E que, no Rio, está escancarada.

Trago aqui um termômetro econômico importante: o setor automotivo.

Veja os dados de emplacamentos totais de veículos de passeio e comerciais de janeiro a outubro deste ano nos principais mercados do país, de acordo com o RENAVAM – Registro Nacional de Veículos Automotores.

1º Minas Gerais (MG): 581.090 veículos (24,1%); 2º São Paulo (SP): 547.205 veículos (22,7%); 3º Paraná (PR): 216.105 veículos (9,0%); 4º Santa Catarina (SC): 110.325 veículos (4,6%); 5º Rio Grande do Sul (RS): 107.790 veículos (4,5%); 6º Rio de Janeiro (RJ): 97.072 veículos (4,0%); 7º Bahia (BA): 84.073 veículos (3,5%); 8º Goiás (GO): 75.763 veículos (3,1%); 9º Pernambuco (PE): 66.934 veículos (2,8%); 10º Ceará (CE): 51.097 veículos (2,1%). Outros estados: 473.211 veículos (19,6%). Total Brasil: 2.410.665 veículos automotores emplacados, de janeiro a outubro de 2026.

Os dados acima dizem muito com respeito à economia e à segurança pública.

Outro dado assustador é o preço médio do seguro de automóveis. Veja os números da Minuto Seguros/Creditas de 2025, relativos às 11 principais capitais dos estados brasileiros. Homens: Rio de Janeiro: R$ 3.410,55; Florianópolis: R$ 1.950,06; Média das 11 capitais: R$ 2.278,64. Mulheres: Rio de Janeiro: R$ 3.714,25; Florianópolis: R$ 2.069,59; Média das 11 capitais: R$ 2.277,93.

Ora, a insegurança impacta diretamente o custo do seguro e a força da economia de um lugar. O governo do estado perde receitas com o IPVA, e a pessoa paga mais caro pelo seguro do seu automóvel. Um verdadeiro perde-perde.

O botânico e naturalista francês Auguste Saint-Hilaire, após visita ao Brasil na primeira metade do século XIX, cunhou uma frase célebre:

"Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil."

A saúva do século XXI é a insegurança pública.

MARCELO ALMEIDA

Advogado. Especialista em Direito Penal

Maioridade penal e limites constitucionais

A discussão sobre a redução da maioridade penal voltou ao centro do debate sobre segurança pública no Brasil. A possibilidade de responsabilizar criminalmente adolescentes com menos de 18 anos levanta questões constitucionais, jurídicas e sociais, especialmente em relação às regras previstas na Constituição Federal e à aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mais do que uma discussão sobre idade, o tema envolve a capacidade do Estado de responder a atos infracionais graves, proteger a sociedade e oferecer condições para a ressocialização.

O artigo 228 da Constituição Federal estabelece que menores de 18 anos são penalmente inimputáveis e estão sujeitos à legislação especial. Essa regra constitui a base do atual modelo brasileiro de responsabilização juvenil. Para alterar a idade prevista constitucionalmente, seria necessária uma proposta de emenda à Constituição, submetida ao procedimento legislativo específico, com aprovação em dois turnos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Um dos principais obstáculos jurídicos está na discussão sobre os limites do poder de reforma constitucional. Parte dos juristas entende que a maioridade penal aos 18 anos integra o conjunto de direitos e garantias individuais protegidos contra propostas de emenda tendentes a aboli-los, conforme o artigo 60, parágrafo 4º, inciso IV, da Constituição. Outros defendem a possibilidade de discutir uma alteração que não elimine direitos fundamentais. A controvérsia demonstra que qualquer proposta precisa enfrentar não apenas o debate político, mas também uma análise constitucional rigorosa.

A redução da maioridade penal para 16 anos em determinadas situações, especialmente nos casos de crimes graves, é uma possibilidade que merece ser discutida no país. A proposta envolve a definição de critérios objetivos para a responsabilização, considerando a natureza da infração, as circunstâncias do caso e as garantias processuais necessárias. A gravidade da conduta pode integrar essa discussão, desde que sejam respeitados os direitos fundamentais e os limites estabelecidos pela Constituição.

A experiência internacional oferece referências que podem contribuir para o debate, embora não permita uma comparação automática entre diferentes países. Nos Estados Unidos, por exemplo, as regras variam conforme o estado, e determinadas situações permitem que adolescentes sejam julgados no sistema criminal destinado a adultos. A possibilidade depende de fatores como a legislação local, a idade do jovem, a natureza da infração e as circunstâncias do caso. Esses modelos demonstram a existência de diferentes formas de responsabilização, mas também exigem uma avaliação cuidadosa de seus resultados e de sua compatibilidade com a realidade brasileira.

O Brasil precisa examinar experiências estrangeiras sem ignorar suas particularidades institucionais e sociais. A adoção de qualquer modelo deve considerar o funcionamento do sistema de Justiça, a estrutura disponível para o cumprimento das medidas e a capacidade do poder público de assegurar acompanhamento adequado aos adolescentes. Uma eventual mudança legislativa não pode ser tratada isoladamente, como se a alteração da idade, por si só, fosse suficiente para enfrentar a criminalidade.

Atualmente, adolescentes que praticam atos infracionais estão sujeitos às medidas socioeducativas previstas no ECA. Entre elas estão a advertência, a obrigação de reparar o dano, a prestação de serviços à comunidade, a liberdade assistida, a semiliberdade e a internação. A aplicação dessas medidas deve considerar a gravidade da infração, as circunstâncias do caso e a capacidade do adolescente de cumpri-las. O sistema também prevê garantias processuais, como o direito à defesa técnica e ao devido processo legal.

O debate sobre a redução da maioridade penal não deve ignorar a importância da proteção integral prevista na Constituição, especialmente no artigo 227, que estabelece deveres da família, da sociedade e do Estado em relação a crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, é necessário considerar os direitos das vítimas e a segurança da população. A busca por equilíbrio exige discutir mecanismos de responsabilização proporcionais à gravidade das condutas, sem transformar a proteção dos jovens e a defesa da sociedade em objetivos necessariamente incompatíveis.

Também é fundamental reconhecer que mudanças na legislação precisam ser acompanhadas de políticas públicas de prevenção, educação, formação profissional e ressocialização. A ausência de oportunidades, a evasão escolar e a fragilidade das redes de proteção são fatores que merecem atenção na formulação de estratégias de segurança pública. Da mesma forma, a capacidade do sistema prisional e os possíveis efeitos de uma alteração sobre a reincidência devem integrar a avaliação de qualquer proposta.

A redução da maioridade penal envolve questões que não podem ser resolvidas apenas por meio de posições favoráveis ou contrárias. É necessário avaliar os limites constitucionais, os modelos de responsabilização existentes, as evidências disponíveis e as consequências práticas de eventuais mudanças. O Brasil precisa ampliar esse debate com responsabilidade, buscando respostas jurídicas consistentes e políticas públicas capazes de proteger a sociedade, respeitar os direitos fundamentais e aperfeiçoar a responsabilização juvenil.

LUCAS BERLANZA

Presidente do Instituto Liberal

Lula prometeu gastança, não ajuste fiscal

O psolista Guilherme Boulos, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, afirmou que a cobrança de setores da imprensa ou da elite brasileira por uma agenda de "ajuste fiscal" por parte de Lula é um erro. Segundo ele, a chapa do PT não prometeu nada disso e quem cobra isso "não entendeu a eleição". A agenda econômica ortodoxa ou mais liberal teria sido derrotada, portanto, não se pode querer dobrar a agenda vencedora às próprias vontades.

Deixando de lado os absurdos do processo eleitoral, realmente, o eleitor do PT coroou uma agenda sincera de gastança desenfreada e irresponsabilidade. Já o havia feito em 2022, quando alguns preferiram se iludir com conversas telepáticas fictícias com o petista em que ele prometeria uma razoabilidade que nunca chancelou.

A oposição, se conseguir se organizar e agir diante de um sistema judiciário interventor, pode e deve trabalhar para proteger seus eleitores daquelas medidas desastrosas do governo que puderem ser impedidas. Porém, do governo, só se pode esperar que trabalhe por implementar os desvarios que prometeu.

Na prática, não poderá cumprir todos, talvez sequer a maioria, porque a fonte seca. Seus eleitores inevitavelmente terão que aceitar uma boa dose de estelionato eleitoral, que já está no pacote. O que prometeu, porém, foi populismo, e é o que deve entregar. Seja como for, deparando-se os esquerdistas com o que pediram ou com uma traição, o que foi feito nesses quatro anos e, especialmente, nesses dias antes da eleição já contratou um alto preço que não se pode evitar. Para julgar a própria escolha, o eleitor do PT deve experimentar suas consequências. Infelizmente, também experimentaremos, cada um a seu modo.

Desempregado pode ter benefício mesmo sem contribuir

Nova decisão do STJ permite reutilizar prazo de proteção previdenciária

Da **Redação**

Trabalhadores que perderam o emprego e deixaram de contribuir para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) podem continuar protegidos pela Previdência por até três anos, dependendo do histórico de contribuições e da comprovação do desemprego. Uma decisão recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ampliou a segurança jurídica desses segurados e pode alterar a análise de pedidos de benefícios previdenciários em todo o país.

No julgamento realizado em 11 de novembro, a Primeira Seção do STJ decidiu, por unanimidade, que trabalhadores com mais de 120 contribuições mensais, sem interrupção que tenha provocado a perda da qualidade de segurado, podem utilizar mais de uma vez a extensão do chamado período de graça, sem precisar cumprir novamente dez anos de recolhimentos.

O período de graça é o intervalo em que o trabalhador permanece protegido pelo INSS mesmo depois de interromper as contribuições. Em determinadas situações, essa proteção pode alcançar 36 meses, preservando o acesso a benefícios como auxílio por incapacidade temporária e salário-maternidade, além da possibilidade de pensão por morte aos dependentes, desde que cumpridos os requisitos legais.

A decisão representa uma mudança importante na interpretação das regras previdenciárias. Até então, o INSS sustentava que o trabalhador que tivesse utilizado a extensão e posteriormente perdido a qualidade de segurado precisaria completar outro ciclo de contribuições para recuperar o prazo ampliado.

Para o advogado Bruno Medeiros Durão, fundador da DAP Advocacia, a discussão ultrapassa os aspectos previdenciários e envolve a proteção econômica de famílias que enfrentam períodos de instabilidade profissional.

"Quando um trabalhador perde o emprego, muitas vezes ele acredita que também perdeu imediatamente todos os direitos perante o INSS. Isso não é verdade. Dependendo do histórico de contribuições, a proteção previdenciária permanece ativa mesmo sem novos pagamentos. O problema é que o desconhecimento dessas regras pode deixar famílias sem uma renda que seria fundamental em momentos de doença ou falecimento", explica.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM



Novidade abre caminho para contestar negativas de benefícios, inclusive pensões por morte e auxílios por incapacidade

O entendimento se soma a outra decisão do STJ, publicada em julho deste ano, que reconheceu a possibilidade de comprovar o desemprego involuntário por diferentes meios, sem exigir exclusivamente o registro formal da condição perante o Ministério do Trabalho.

Nesse julgamento, o tribunal estabeleceu que a ausência de vínculo na carteira de trabalho, isoladamente, não basta para comprovar o desemprego, sendo necessária a apresentação de outros elementos que demonstrem a situação do trabalhador.

Na prática, as duas decisões podem ser relevantes para pessoas que passaram por sucessivas demissões, períodos de desemprego ou interrupções das contribuições previdenciárias.

"Estamos falando de situações em que uma negativa administrativa pode comprometer a subsistência de uma família inteira. O histórico previdenciário precisa ser analisado corretamente, e uma decisão desfavorável do INSS não significa, necessariamente, que o segurado não tenha direito. Quando a interpretação administrativa contraria a legislação ou a jurisprudência aplicável, existe a possibilidade de contestação", destaca Bruno Durão.

Um dos principais efeitos da decisão está na possibilidade de reavaliar pedidos de benefícios negados por suposta perda da qualidade de segurado.

Associações do agro rebatem o Banco do Brasil

Da **Redação**

Entidades de produtores rurais reagiram à manifestação do Banco do Brasil (BB), que atribuiu a queda de 66,5% no lucro líquido alcançado no terceiro trimestre de 2026 ao aumento da inadimplência, principalmente do agronegócio.

Em nota, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) repudia as declarações da presidente do BB, Tarciana Medeiros, sustentando que as acusações contra médios e grandes produtores rurais transformam "uma grave crise econômica em uma acusação generalizada de má-fé contra quem produz".

Durante a teleconferência na qual anunciou os resultados financeiros que a instituição alcançou no terceiro trimestre, a executiva afirmou que parte dos médios e grandes produtores rurais inadimplentes se recusou a pagar dívidas, renegociar operações e apresentar novas garantias à instituição, mesmo após a oferta de programas de repactuação com condições facilitadas.

Pouco depois, o banco divulgou nota à imprensa afirmando que a presidente do banco não atribuiu ao conjunto do agronegócio a responsabilidade pela queda de seus resultados e informou que 90% dos clientes do setor estão com os pagamentos em dia e que os atrasos se concentram em um grupo de médios e grandes produtores.

Ainda assim, para a Aprosoja, as alegações do BB são "generalizações que desconsideram a realidade econômica do campo".

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Produtores alegam crise de renda e questionam gestão do BB

Para a entidade, o histórico de pagamentos do setor desmente a tese da diretoria do banco: levantamento publicado na revista da Procuradoria-Geral do Banco Central aponta inadimplência média de apenas 1,89% entre 2015 e 2019. Segundo a associação, o que mudou a partir daí não foi a disposição dos produtores em honrar seus compromissos, mas as condições econômicas para quitá-los.

"Sucessivas adversidades climáticas, quebras de safra, crises geopolíticas, aumento dos custos de produção, deterioração dos preços agrícolas e juros asfixiantes, agravados pelo desequilíbrio das contas públicas, comprometeram profundamente as margens e a capacidade de pagamento do setor", afirma a Aprosoja.

Segundo a associação, só nos primeiros quatro meses da safra 2026/2027, o crédito rural tradicional caiu de R$ 144,9 bilhões para R$ 107,6 bi, uma retração das concessões de custeio e investimento de 25,7%. "O produtor rural perdeu renda, viu suas dívidas encarecerem e passou a enfrentar dificuldades crescentes para obter crédito", acrescentou a entidade.

CORREIO JURÍDICO

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

FREEPIK



Assistência farmacêutica é essencial para a segurança dos pacientes

Farmácias devem ter farmacêutico durante todo o expediente

Farmácias e drogarias devem manter farmacêutico presente em cada unidade durante todo o horário de funcionamento. O entendimento foi reafirmado por unanimidade pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso do Ministério Público de Minas Gerais contra uma rede de estabelecimentos. Para o colegiado, a exigência do artigo 15 da Lei 5.991/1973 não pode ser cumprida por atendimento remoto ou plantão centralizado. O relator, ministro Marco Aurélio Bellizze, destacou que a norma exige a presença contínua do responsável técnico no próprio estabelecimento. A ação buscava obrigar a rede a manter farmacêutico em todas as unidades, após o Tribunal de Justiça mineiro considerar suficiente a disponibilidade de profissionais a distância. Com o julgamento, foi restabelecida a sentença que determinou o cumprimento da obrigação, sob pena de multa diária.

STF suspende ações de valores pagos pelo SUS

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu nacionalmente os processos que questionam os valores pagos pela União a hospitais e prestadores do Sistema Único de Saúde (SUS). A medida alcança ações em qualquer fase, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor. A controvérsia envolve pedidos de revisão da tabela por suposta defasagem dos parâmetros federais. Os processos ficarão paralisados até o julgamento definitivo do tema pelo Supremo, em âmbito nacional.

ADOBE STOCK



Decisão alcança processos em todo o país e cobranças judiciais

AGU cria exame prévio para concursos da advocacia

A Advocacia-Geral da União instituiu o Exame Nacional da Advocacia Pública, etapa eliminatória para candidatos a quatro carreiras federais: advogado da União, procurador da Fazenda Nacional, procurador federal e procurador do Banco Central. A prova terá pelo menos 60 questões e será aplicada nas capitais e no Distrito Federal. A aprovação exigirá acerto mínimo de 60% na ampla concorrência e 50% para candidatos contemplados pelas ações afirmativas. O certificado terá validade de dois anos, prorrogável por igual período.

STJ estabelece critérios para ações coletivas do MP

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o Ministério Público só pode ajuizar ação civil pública em defesa de direitos individuais disponíveis quando houver interesse social relevante. A repercussão deve ser demonstrada pelo número de pessoas afetadas ou pela gravidade e pelo impacto do dano. O entendimento foi aplicado a uma ação sobre cobranças de serviços telefônicos não contratados, baseada em um caso isolado.

Negociação de precatórios

O Conselho Nacional de Justiça aprovou regras para a transferência de créditos de precatórios. A resolução prevê uma central para registrar negociações, acompanhar mudanças de titularidade e evitar fraudes, como a venda da mesma dívida a mais de um comprador. As normas também exigem transparência sobre descontos e valores pagos aos credores.

Cobrança de aluguel

A mãe que permanece com os filhos em imóvel de propriedade exclusiva do ex-marido não precisa pagar aluguel pelo uso da residência, decidiu a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para os ministros, a moradia também atende às necessidades das crianças e integra o dever de sustento compartilhado pelos pais.

Dívidas da Cedae

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) deve pagar dívidas judiciais pelo regime de precatórios. Com isso, recursos e contas bancárias da estatal não poderão ser bloqueados para quitar condenações. A decisão foi tomada por maioria, em julgamento concluído no início de novembro.

Ações previdenciárias

O Conselho Nacional de Justiça aprovou uma política nacional para dar mais agilidade aos processos sobre benefícios previdenciários e assistenciais. A iniciativa prevê integração entre tribunais e órgãos públicos, além de medidas para reduzir conflitos administrativos que acabam na Justiça. O país tinha mais de 4,4 milhões de ações pendentes em setembro.

Registro de paternidade

A alteração da paternidade no registro de uma criança não pode ser feita apenas por acordo entre os envolvidos, decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A mudança exige ação judicial própria e análise de provas sobre eventual erro no registro e a existência de vínculo socioafetivo. O exame de DNA, sozinho, não é suficiente.

Ex-dirigente de associação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu em dez anos o prazo para associações cobrarem judicialmente prejuízos atribuídos a ex-presidentes. Para a Terceira Turma, deve ser aplicada a regra geral do Código Civil, já que o prazo de três anos previsto para sociedades empresárias não se estende automaticamente às entidades sem fins lucrativos.

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



Especialistas apontam impactos na autonomia financeira das vítimas

STF afasta imunidade penal para crimes entre familiares

Decisão questiona regras do Código Penal de 1940 e reforça proteção

Da **Redação**

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou, por unanimidade, entendimento para afastar a imunidade penal que restringia a punição de crimes patrimoniais cometidos entre familiares. A decisão foi tomada nesta quinta-feira (12), no julgamento conjunto das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 1.185 e 1.241, relatadas pelo ministro Dias Toffoli. A proclamação do resultado e a definição dos efeitos temporais ficaram para a próxima semana, após divergências sobre a aplicação a fatos anteriores e a processos em andamento.

A discussão envolve os artigos 181 e 182 do Código Penal, de 1940. O primeiro prevê isenção de pena em situações específicas, como crimes patrimoniais entre cônjuges durante o casamento ou entre pais e filhos. O segundo exige, em determinadas relações familiares, representação da vítima para a persecução penal. As regras são conhecidas como escusas absolutórias e imunidades relativas.

As ações chegaram ao Supremo após questionamentos sobre a aplicação dessas proteções em casos de violência doméstica e familiar contra mulheres. A Lei Maria da Penha reconhece a violência patrimonial como forma de agressão, incluindo retenção, subtração ou destruição de bens e recursos econômicos da vítima. Para o relator, a imunidade poderia deixar mulheres sem proteção penal adequada e perpetuar situações de dependência e abuso.

Durante o julgamento, a discussão foi ampliada para além da violência de gênero. Prevaleceu o entendimento de que o vínculo familiar, por si só, não deve impedir a responsabilização por crimes contra o patrimônio. Isso não significa que qualquer conflito financeiro entre parentes passe a configurar crime: a punição depende de conduta prevista na legislação penal e da análise de cada caso.

Para a advogada Hangra Leite, especialista em Direito de Família e Direito da Mulher, a decisão enfrenta uma contradição entre a proteção da Lei Maria da Penha e regras penais que podiam impedir a punição. “O vínculo familiar não pode servir de escudo para a prática de um crime patrimonial. Essa regra era para preservar a harmonia familiar, mas acabou virando um salvo-conduto para abusos patrimoniais praticados no dia a dia”, afirma.

Rio promove Semana da Consciência Negra com shows e ações de valorização racial

Programação até 20 de novembro reúne música, teatro, empreendedorismo afro-brasileiro

Da **Redação**

A Prefeitura do Rio abre oficialmente a Semana da Consciência Negra 2026 na segunda-feira (16/11), às 10h, no Museu de Arte Moderna (MAM Rio). Na cerimônia, a cidade apresenta o Plano Municipal pela Primeira Infância Antirracista (PMPIA-Rio) – construído em parceria com a Secretaria Municipal da Casa Civil e o Unicef. É o primeiro do gênero no Brasil, e destaca a campanha Rio Cidade Antirracista, em parceria com o Ministério da Igualdade Racial.

Realizada em parceria com o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (Comdedine-Rio), a Semana segue até o dia 20, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. A programação cultural reúne rodas de capoeira e jongo, o encontro de bandeiras das Velhas Guardas do Samba do Rio, a peça teatral "A Lenda do Caminho", o GRES Filhos da Águia, baianas e a apresentação da Estação Primeira de Mangueira.

O evento no MAM contará com a presença de representantes dos governos Municipal e Federal, da Defensoria Pública do Estado, do Comdedine-Rio, do Unicef e de lideranças do movimento negro e da sociedade civil.

ADOBE STOCK



Lei do Rio foi a primeira do Brasil ao instituir o feriado estadual da Consciência Negra no dia 20 de novembro

CULTURA, MEMÓRIA E EMPREENDEDORISMO POR TODA A CIDADE

De 17 a 20 de novembro, a Praça Tiradentes recebe as Feiras de Empreendedorismo AfroBrasileiro, das 10h às 17h, com palestras, oficinas, atendimento da Defensoria Pública em parceria com a L'Oréal (17/11), Cinema na Praça (17/11) e a entrega do Troféu Cultura Negra no Carnaval (19/11). O MUHCAB (Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira) tem feijoada (18/11) e painéis sobre indústria da música, empreendedorismo e marketing (19/11). Na quinta-feira (19/11), Realengo ganha o Busto de Dandara, no Ponto Chique, com homenagens, samba e feira de empreendedores.

Na sexta feira (20/11), Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a celebração ganha as ruas do Centro e da Zona Oeste, com o Afoxé Filhos de Gandhi, a lavagem simbólica da Praça Tiradentes, a corrida Corre Sankofa, feijoada, rodas de samba, programação infantil e grandes shows. Entre as principais atrações do dia estão Xande de Pilares, Marvvila, Thaís Macedo, Leandro Sapucahy e Vou Pro Sereno.

- A Semana da Consciência Negra não é só uma data no calendário. É o momento de a cidade olhar para quem construiu o Rio e garantir que essa história seja contada, celebrada e respeitada nas praças, nas escolas e nas políticas públicas", afirma o secretário Marcio Santos.

RACISMO É CRIME: CAMPANHA OCUPA A CIDADE

A campanha Rio Cidade Antirracista leva a cada trajeto do carioca uma mensagem direta: discriminar alguém por raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional é crime, previsto na Lei Caó (Lei nº 7.716/1989). Com o punho erguido em preto e amarelo como identidade visual, a campanha está em totens do metrô e dos trens, abrigos de ônibus, painéis de LED, na orla, na TV e no rádio.

Promotores da Igualdade circulam por aeroportos, rodoviárias, portos e eventos com material informativo em português, inglês e espanhol. As denúncias podem ser feitas pelo 1746.

Defesa Civil simula desocupação em áreas de risco

Da **Redação**

A Defesa Civil Municipal, realizou, na sexta-feira (13) , um Exercício Simulado de Desocupação nas regiões da Bacia do Rio Acari, na Zona Norte, e do Jardim Maravilha, na Zona Oeste. A atividade integrou as ações de preparação para o período de fortes chuvas e teve como objetivo orientar os moradores sobre como agir em situações de emergência provocadas por inundações e alagamentos.

O subsecretário de Defesa Civil, Rodrigo Gonçalves, destacou a importância do exercício para preparar a população que vive em áreas suscetíveis a alagamentos, especialmente diante da proximidade do verão e da possibilidade de novos episódios de chuvas intensas.

— O exercício simulado finaliza o trabalho de conscientização das equipes da Prefeitura com os moradores sobre como proceder em momentos de chuva intensa. Nosso treinamento é justamente para mostrar às lideranças e à população quais são os pontos de apoio e as rotas de acesso, orientando que levem documentos, remédios e animais de estimação assim que a sirene tocar e os avisos chegarem aos celulares — afirmou o subsecretário.

Uma das atividades desta edição foi a formação de voluntários do Núcleo de Proteção e Defesa Civil da Bacia do Rio Acari. A ação tem como principal objetivo fortalecer a capacidade de resposta das comunidades diante de eventos meteorológicos severos. Com a iniciativa, os voluntários aprenderam sobre ações preventivas e como agir em caso de alagamentos, tornando-se multiplicadores de informações sobre proteção e segurança em casos de emergência.

O presidente da Associação de Moradores de Acari, André Francisco da Silva, ressaltou a importância de preparar a população para agir rapidamente diante de um alerta e procurar locais seguros.

Os moradores receberam orientações sobre desocupação preventiva e puderam se cadastrar no sistema de avisos da Defesa Civil por SMS e WhatsApp. Também foram oferecidos serviços de emissão de documentos pessoais.

FABIO MOTTA/ PREFEITURA DO RIO



Exercício preparou moradores para situações de emergência

Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu fecham acordo conjunto histórico

Acordo prevê troca de tecnologias, experiências e estratégias para ampliar a recuperação de dívidas

DIVULGAÇÃO



Iniciativa avança a integração entre órgãos responsáveis pela consultoria jurídica e pela defesa dos interesses municipais

Em iniciativa inédita de integração institucional na Baixada Fluminense, as Prefeitura de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti assinaram, na última sexta-feira (13), um Acordo de Cooperação Técnico-Jurídico. A parceria estabelece uma atuação colaborativa e permanente entre as Procuradorias-Gerais dos três municípios, com foco na inovação, no fortalecimento da gestão pública e na construção de soluções conjuntas para desafios da administração municipal.

A iniciativa representa um avanço na integração entre os órgãos responsáveis pela consultoria jurídica, pelo controle de legalidade e pela defesa dos interesses dos municípios. Por meio do compartilhamento de conhecimentos, experiências e ferramentas de trabalho, a cooperação busca modernizar procedimentos, ampliar a eficiência administrativa, fortalecer a segurança jurídica e aprimorar a proteção do patrimônio público.

O acordo prevê a atuação conjunta em quatro eixos estratégicos: Tecnologia e Inovação; Produção Jurídica e Gestão do Conhecimento; Atividades Intelectuais e Capacitação; e Inteligência Fiscal e Recuperação de Crédito. As frentes de trabalho permitirão o desenvolvimento de soluções inovadoras, o intercâmbio de informações e a elaboração de estratégias para melhorar o desempenho das administrações municipais.

Outro ponto importante da parceria é a possibilidade de propor medidas administrativas regionalizadas e construir respostas integradas para questões de interesse público que ultrapassam os limites territoriais de cada cidade. A cooperação também pretende fortalecer as iniciativas de recuperação de créditos públicos, contribuindo para a proteção do erário e o aumento da capacidade financeira dos municípios.

Além dos avanços na atuação jurídica, a integração institucional abre espaço para a troca de experiências entre os profissionais, a realização de atividades técnicas e a capacitação permanente das equipes, promovendo a modernização das estruturas públicas e a qualificação dos serviços prestados à população.

Com a formalização do acordo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti consolidam uma importante união de esforços em favor de uma gestão pública mais moderna, eficiente e integrada. A iniciativa reforça o entendimento de que a cooperação entre os municípios é um caminho estratégico para enfrentar desafios comuns, otimizar recursos e desenvolver políticas administrativas alinhadas aos interesses da população da Baixada Fluminense.

– Esse acordo representa um passo muito importante para o fortalecimento das instituições públicas e da gestão municipal. Estamos unindo esforços, conhecimento técnico e experiências para construir soluções inovadoras, compartilhar boas práticas e enfrentar desafios que são comuns aos municípios. A integração entre as Procuradorias amplia nossa capacidade de atuação, fortalece a segurança jurídica e contribui diretamente para uma administração pública mais eficiente, moderna e comprometida com o interesse coletivo – afirmou o Procurador-Geral de Duque de Caxias, Fabrício Gaspar.

– As prefeituras enfrentam desafios jurídicos e financeiros semelhantes, e não faz sentido que cada município precise desenvolver soluções isoladamente. Ao unir as três Procuradorias, podemos aproveitar ferramentas e experiências que já deram certo, reduzir custos operacionais e tornar os processos mais eficientes. Essa cooperação também fortalece nossa capacidade de atuação jurídica e permite desenvolver estratégias conjuntas para enfrentar problemas comuns. O importante é que esse trabalho produza resultados concretos para os municípios e para os cidadãos – destacou o procurador-geral de Nova Iguaçu, João Bosco Won Held Gonçalves de Freitas Filho.

II Festa Literária Afro de Magé reuniu cultura e conscientização

PMM



Evento buscou incentivar a conscientização social de alunos e professores

A Prefeitura de Magé, por meio da Secretaria Municipal de Educação, realizou na última semana a II Festa Literária Afro de Magé (FLAM). O evento aconteceu na Escola Municipal Geralda Izaura Ferreira Telles e reuniu alunos, profissionais da educação, escritores e convidados em uma programação voltada à cultura afro-brasileira e à educação antirracista. A FLAM contou com atividades ao longo dos dois dias, entre apresentações culturais, encontros literários, oficinas e debates. A abertura teve apresentações de capoeira e maculelê, além de contação de histórias para as crianças. A programação também recebeu a escritora Cristiana Santos, contadora de histórias de ancestralidade tupinambá, e o historiador e artista plástico Remy Branco, que fez uma oficina de quadrinhos.

O secretário municipal de Educação, Bruno Lourenço, destacou a importância da festa. "A FLAM cria um espaço para que os nossos alunos tenham contato com histórias, autores e manifestações culturais que também fazem parte da formação da nossa sociedade. Esse trabalho não pode ficar restrito a uma data específica. Ele precisa estar presente na escola, na leitura e nas atividades pedagógicas", afirmou.

Nova Iguaçu cobra R$ 1 milhão da Light na Justiça pós-apagão

A Prefeitura de Nova Iguaçu entrou com uma ação civil pública contra a Light, cobrando R$ 1 milhão por danos morais coletivos após os apagões provocados pelo temporal do último sábado (7), que deixou cerca de 85 mil imóveis sem energia elétrica. O município também pede multa diária de R$ 100 mil caso a concessionária descumpra as determinações judiciais. A medida foi tomada diante da demora no restabelecimento do serviço e da falta de equipes suficientes para atender às ocorrências. Levantamentos feitos a partir de dados disponibilizados pela própria Light identificaram interrupções de até 74 horas em bairros como Cabuçu, Campo Alegre, Austin e Centro. Em diversas localidades, os chamados permaneciam classificados como "em preparação", mesmo depois de mais de 24 horas sem energia e sem equipes designadas.

Os registros mostram ainda que, entre quase 100 ocorrências com mais de 24 horas de interrupção, apenas duas estavam em execução. Mais de 48 horas após a tempestade, cerca de 13 mil imóveis, nove escolas municipais e três unidades básicas de saúde continuavam sem fornecimento de energia.

A ação também exige que a Light apresente um plano emergencial para situações de crise, com definição de equipes, rotas de atendimento e prazos para restabelecimento da energia. A concessionária deverá ainda apresentar relatórios diários sobre os serviços realizados e as ocorrências pendentes, além de adotar medidas permanentes para melhorar sua estrutura de atendimento e evitar que os problemas se repitam.

CORREIO DO VALE

POR **ANA LUIZA ROSSI**

ARQUIVO



Ferreti, Rubinho e Jordão ainda podem recorrer da decisão judicial

Ferreti apoia Angra 3, mas aponta que 'deveria ter brigado' antes

O prefeito de Angra dos Reis, Claudio Ferreti, afirmou durante o lançamento do calendário oficial de eventos da prefeitura para 2027 que se encontrou com o representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e outras autoridades para discutir sobre o setor nuclear, em especial, sobre a retomada de Angra 3. Em vídeo, publicado pelo portal Realidade de Angra, o prefeito afirma que é favorável pela sequência da terceira usina, uma vez que esta já seria a realidade da cidade. "Porque o que foi feito em nossa cidade já tem a consequência. Nós deveríamos ter brigado na época em que foi implantado. Tenho certeza que, se a sociedade angrense discutisse, a usina não estaria em Angra. Iríamos trabalhar o turismo naquela região, que é maravilhosa. Mas aconteceu. E a gente precisa aproveitar a situação para trazer recursos para resolver problemas", afirmou.

'Eu ia entrar na Justiça para fechar Angra 1 e 2'

Na sequência, o prefeito revelou ter conversado com o presidente da Eletronuclear, Raphael Ehlers, para falar sobre a questão que envolve o Hospital da Praia Brava, gerido pela Fundação Eletronuclear de Assistência Médica (FEAM).
O prefeito afirmou que ele se sensibilizou com relação a crise financeira da unidade, que terá um encaminhamento favorável. Ferreti, no entanto, disparou: ""Mas eu falei que se caso fechasse o Hospital da Praia Brava, eu ia entrar na Justiça para fechar Angra 1 e Angra 2".

ARQUIVO



Usinas ficam localizadas na CNAAA, na praia de Itaorna

Fechamento do HPB impede operação de usinas

Em reportagem publicada pelo Correio Sul Fluminense na última quarta-feira (11), o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica nos Municípios de Paraty e Angra dos Reis (Stiepar), Cassio Tilico, confirmou, no entanto, que uma eventual fechamento de portas da unidade hospitalar poderia provocar o impedimento da operação das duas usinas, localizadas na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), complexo nuclear na praia de Itaorna.

Unidade integra plano de emergência nuclear

O Hospital da Praia Brava integra o Plano de Emergência Nuclear do complexo e é um dos requisitos regulatórios do Plano de Emergência Externo. Em caso de emergência radiológica, a unidade está equipada para dar resposta aos fatos que poderiam envolver funcionários e moradores das adjacências. Outro ponto, é sua posição estratégica, às margens da Rodovia Rio-Santos.

Sucateamento

Além disso, o movimento Todos pelo Hospital de Praia Brava afirmaram que, mesmo que a unidade não feche, tem ocorrido um estrangulamento financeiro: "Vai ser um hospital sucateado. A Eletronuclear deve investir muito mais na FEAM. As autoridades devem estipular um percentual da receita da Eletronuclear para ser investido".

Entenda a crise

Em maio, a FEAM anunciou um cenário de preocupação enfrentado pelo hospital devido a dificuldades financeiras, limitações operacionais e insegurança sobre a manutenção plena de serviços prestados à população motivadas pela redução de recursos. Com a crise, o setor de emergência passou a operar em Emergência Referenciada.

Alternativas

Procurada pelo Correio Sul Fluminense para falar sobre os descobramentos do hospital, a Eletronuclear afirmou que acompanha com atenção e solidariedade a situação enfrentada pela FEAM. "A companhia está empenhada em identificar alternativas que contribuam para a sustentabilidade da fundação e a continuidade de suas atividades".

Apoio extraordinário

"Nesse sentido, trabalha na avaliação de uma possibilidade de apoio extraordinário ainda em 2026, observados os parâmetros legais, regulatórios e de governança corporativa. Cabe destacar que a Feam é uma instituição privada, com personalidade jurídica e administração próprias", afirmou a estatal, em nota.

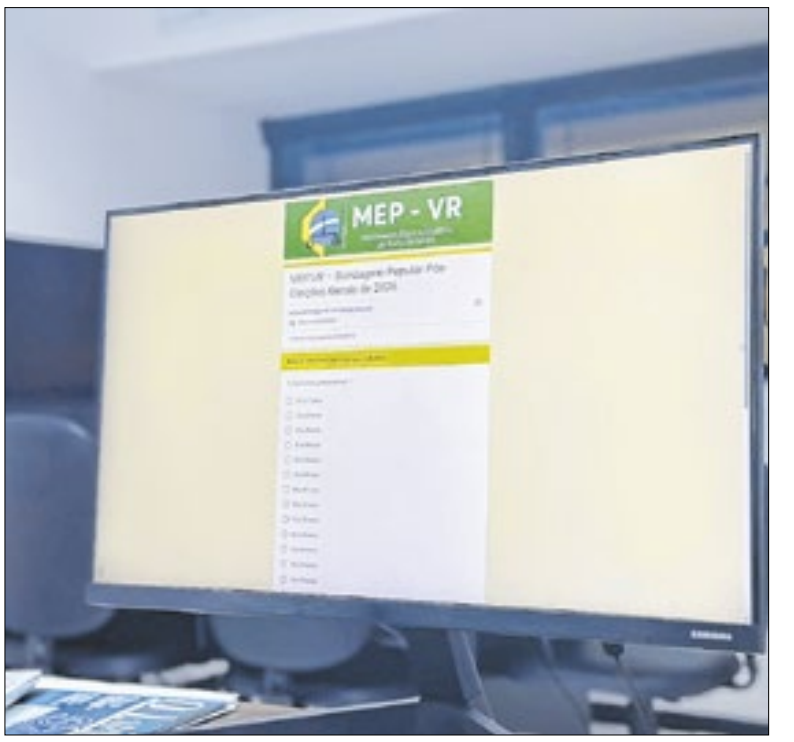
Sobre a FEAM

Ainda, a Eletronuclear destacou que a Feam é uma instituição privada, com personalidade jurídica e administração próprias. "No âmbito da relação institucional entre as entidades, a Eletronuclear realiza contribuições anuais à fundação, nos termos dos instrumentos aplicáveis e das condições previstas em lei", concluiu.

Paraty sobe em ranking

A Prefeitura de Paraty atingiu 71,58% no Índice de Transparência Pública de 2026, segundo dados divulgados pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP). O resultado representa um avanço de 15,53 pontos percentuais em relação à avaliação de 2025 e de 51,13 pontos percentuais na comparação índice em 2022.

ANA LUIZA ROSSI



Questionário está disponível nas redes sociais do movimento @mepvr

MEP inicia nova pesquisa popular pós-eleições em Volta Redonda

Sondagem pretende ouvir 350 pessoas sobre eleitos e demandas para região

Da **Redação**

O Movimento Ética na Política de Volta Redonda (MEP.VR) iniciou neste domingo (15), Dia da Proclamação da República, a Sondagem Popular Pós-Eleições Gerais 2026. A pesquisa pretende ouvir 350 pessoas para identificar a percepção da população sobre os representantes eleitos, a confiança nas instituições e as principais demandas para Volta Redonda e região.

A coleta de informações será realizada até o dia 19 de novembro, Dia da Bandeira. Estudantes e colaboradores do Pré-Vestibular Cidadão (PVC), professores e voluntários do MEP participarão da mobilização, com aplicação de questionários digitais e entrevistas presenciais em diferentes bairros do município.

A iniciativa dá continuidade ao trabalho de escuta popular desenvolvido pelo Movimento desde 1999, período em que foram realizadas mais de 150 sondagens sobre assuntos de interesse público. A nova edição também retoma a experiência promovida após as eleições municipais de 2024, com o objetivo de acompanhar a percepção da sociedade sobre a representação política e as demandas coletivas.

O projeto terá apoio metodológico de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), representada pela professora Ana Paula Vasconcelos Gonçalves, e da Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio do professor adjunto Márcio Eustáquio Maria, do campus Aterrado.

Segundo a professora Ana Paula Vasconcelos, as sondagens realizadas pelo MEP têm como objetivos compreender a realidade local e estimular a reflexão da população sobre os problemas da cidade.

A sondagem abordará temas como participação eleitoral, experiência do primeiro voto, confiança nos representantes e nas instituições, expectativas em relação aos governos federal e estadual e prioridades para Volta Redonda e o Brasil.

DIÁLOGO COM ELEITOS

Os resultados da pesquisa poderão subsidiar um encontro promovido pelo MEP ainda este ano, com deputados eleitos da região Sul Fluminense. A proposta é criar um espaço de diálogo sobre as demandas apontadas pelos moradores e os desafios para o desenvolvimento regional.

A iniciativa também pretende contribuir para as discussões que antecederão as eleições municipais de 2028.

Educação de surdos ganha articulação regional com novo grupo de trabalho

Iniciativa reúne mais de dez municípios e busca integrar experiências e fortalecer políticas públicas

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO/PMM



Professores do INES participarão de eventos de educação bilíngue de surdos promovidos em Macaé

A conclusão da criação de um grupo de trabalho (GT), em Macaé, que é voltado à educação de surdos e engloba, além das regiões representadas na formação, a Baixada Litorânea, foi concluída. A formação do grupo teve a participação de mais de dez municípios das regiões dos Lagos e Norte Fluminense e foi feita pela a Assessoria Técnica do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES/Ministério da Educação). O grupo tem o objetivo de construir pautas comuns, compartilhar experiências e fortalecer políticas públicas regionais para a educação bilíngue. Outro fruto do encontro foi a parceria do município com o INES para a participação de professores da instituição em eventos de educação bilíngue de surdos promovidos em Macaé.

O coordenador da Educação Bilíngue de Surdos, Wellington Marques, avalia que a presença ampliada demonstra que a pauta da educação bilíngue de surdos é uma demanda compartilhada por toda a região.

-A criação do GT consolida Macaé como referência na articulação desta agenda. O encontro reforçou o papel da assessoria técnica como instrumento de qualificação das práticas pedagógicas na rede. Durante os três dias, foi destacada a importância da pedagogia visual como base do trabalho educacional com estudantes surdos. Esta abordagem respeita a identidade surda e organiza o processo de ensino a partir de uma língua de instrução, a Libras. A língua portuguesa é trabalhada como segunda língua na modalidade escrita. Trata-se de um princípio pedagógico consolidado na legislação educacional brasileira e que orienta a organização curricular, a produção de materiais e a atuação dos profissionais envolvidos - disse.

APOIO ÀS REDES DE ENSINO

De acordo com o coordenador, a assessoria técnica em educação bilíngue de surdos tem como benefício central o apoio às redes de ensino e as unidades escolares na estruturação de práticas bilíngues, na formação continuada dos profissionais e na articulação entre professores, intérpretes e equipes de gestão. O resultado é uma escola que reconhece a surdez como diferença linguística e cultural, e não como deficiência a ser compensada. Wellington ressaltou a presença de professores surdos na equipe técnica.

"A participação destes profissionais deu ainda mais protagonismo à Libras, que deixou de ser apenas objeto de discussão e passou a ser a própria língua de condução do encontro", completou.

O evento reuniu profissionais da educação, gestores e demais interessados na pauta. Participaram representantes de Rio das Ostras, Quissamã, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Araruama, Saquarema, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Rio Bonito, Silva Jardim, Trajano de Moraes, entre outros municípios.

A licenciada em Letras/Português-Libras e tradutora de Libras que atua no Instituto Federal Fluminense de Macaé, Fernanda Sgro Félis, considera esta formação um marco na história da educação de surdos em Macaé.

A pedagoga pós-graduada em Libras e com curso pelo INES, professora da Escola Municipal de Educação Infantil Professor José Augusto Abreu Aguiar, no Centro da cidade, Lázara Amaral, reforçou que o INES é a sua referência. Ela atua em sala de aula regular, dando suporte a alunos surdos.

Já estudante de Bacharelado em Biologia do Nupem/UFRJ, Ana Paula Balbino, disse que estava se inserindo no estudo. "O letramento em Libras é de uma importância enorme como extensão, para disseminar este conhecimento".

Macaé intensifica ações de controle de vetores e divulga programação

Da **Redação**

ARQUIVO SECOM/BRUNO CAMPOS



Cronograma inclui mutirões e inspeções em diversos pontos

A Vigilância Ambiental em Saúde, realiza, entre segunda-feira (16) e quinta-feira (19), ações de controle de vetores em diferentes localidades de Macaé. A iniciativa faz parte do Plano de Ação de Controle de Vetores da Semana Epidemiológica 46/2026 e tem como objetivo prevenir a proliferação de vetores e contribuir para a promoção da saúde pública.

As equipes atuarão a partir das 9h, com mutirões nos bairros Centro, Aroeira, Nova Malvinas, Visconde, Riviera Fluminense, Praia Campista, Nova Esperança, Parque Aeroporto, Ajuda de Baixo, Lagomar e o distrito do Trapiche.

As ações de controle do mosquito Culex serão realizadas de segunda-feira (16) a quinta-feira (19), a partir das 9h, nos canais Campos Macaé 1, 2 e 3, Ajuda de Baixo e Jardim Esperança. Também será realizada a atualização do Registro Geral (RG), das 9h às 12h, entre segunda-feira (16) e quinta-feira (19), na Imbetiba e Barra de Macaé. As equipes realizarão ações de inspeção e controle de vetores em pontos estratégicos, como empresas, entre outros.

Livro resgata história de Anita Peçanha, primeira-dama do país

Da **Redação**

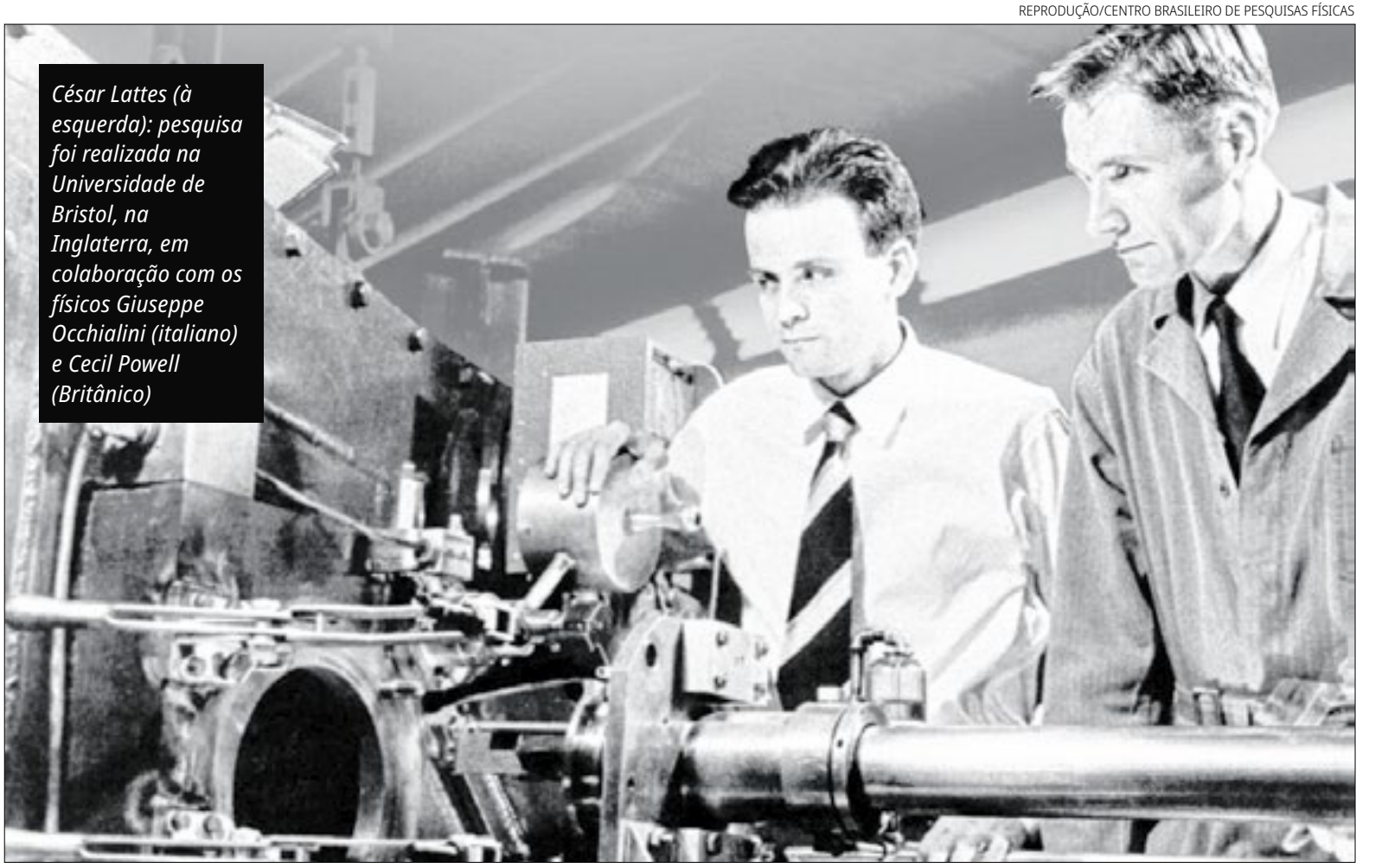
A história de Anita Peçanha, campista que chegou à condição de primeira-dama do Brasil e teve participação na preservação de importantes documentos da história política nacional, é o tema do primeiro livro da coleção "Heroínas Campistas", lançado no início de novembro.

A obra é assinada por Carol Poesia e Marusa Silva e integra um projeto aprovado, em 2020, no primeiro edital do Programa Municipal de Apoio à Economia Criativa da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (Seduct). A publicação marca o início de uma série dedicada a mulheres que contribuíram para a formação histórica, cultural e social de Campos.

A ideia da coleção surgiu de uma experiência acadêmica compartilhada pelas autoras, que, durante mais de uma década, desenvolveram atividades de mediação literária com estudantes universitários. Por meio da leitura de diferentes obras, elas promoviam debates sobre questões sociais, como machismo, misoginia, preconceito étnico-racial, desigualdade e intolerância religiosa.

A proposta de levar essa experiência ao público infantil nasceu da percepção de que a literatura poderia contribuir para a formação de uma consciência crítica desde os primeiros anos de vida. "Percebemos que as crianças poderiam se sensibilizar com essas questões de uma maneira muito genuína", explica Carol.

REPRODUÇÃO/CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS



César Lattes (à esquerda): pesquisa foi realizada na Universidade de Bristol, na Inglaterra, em colaboração com os físicos Giuseppe Occhialini (italiano) e Cecil Powell (Britânico)

CÉSAR LATTES: O físico mais indicado ao Nobel do Brasil

Reconhecido por sua genialidade e dedicação, pesquisador formou gerações de cientistas

Por **Ana Carolina Martins**

De chinelos pelos corredores, muitas vezes acompanhado de seu fiel cachorro, César Lattes ajudou a construir uma das mais importantes instituições de pesquisa do País. Essa cena cotidiana, descrita acima, pode até contrastar com a dimensão internacional de sua carreira científica, mas ela é fidedigna para pincelar sobre a personalidade deste grande ser humano, que não fazia questão de formalidades e honrarias, porém, sem esforço conquistava respeito e admiração pela inteligência, sagacidade e dedicação ao conhecimento, assim como pelo compromisso com a formação de novos pesquisadores.

Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde trabalhou por quase duas décadas, Lattes deixou uma marca que ultrapassa as suas descobertas científicas, tornando-o uma figura que conquistou o seu reconhecimento como parte da história da instituição de ensino.

Nascido em Curitiba (PR), em 11 de julho de 1924, Cesare Mansueto Giulio Lattes formou-se em Física e Matemática pela Universidade de São Paulo (USP) em 1943. Ainda jovem, alcançou o reconhecimento internacional ao participar, em 1947, da descoberta experimental do méson pi, ou píon, partícula fundamental para a compreensão das interações entre partículas subatômicas.

Sua contribuição ao desenvolvimento científico do Brasil, entretanto, não se limitou aos laboratórios estrangeiros. Em 1949, participou da fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), no Rio de Janeiro, e, em 1967, aceitou o convite para integrar a recém-criada Unicamp.

Convidado pelo fundador e primeiro reitor da universidade, Zeferino Vaz, Lattes aceitou participar da implantação de uma estrutura de pesquisa de alto nível. Os primeiros trabalhos do grupo ocorreram em instalações adaptadas do antigo Ginásio Industrial Bento Quirino, em Campinas, antes mesmo da consolidação do campus de Barão Geraldo.

Ali, em condições muito diversas das proporcionadas nos grandes centros internacionais de pesquisa, o cientista e seus colaboradores desenvolveram estudos de física de altas energias e de raios cósmicos.

A rotina incluía o processamento de centenas de chapas fotográficas por dia, cujas imagens possibilitavam o registro e a análise de partículas. A precariedade das instalações não diminuía em nada o entusiasmo e a ambição científica do grupo.

Lattes foi professor titular e teve papel decisivo na estruturação do Instituto de Física Gleb Wataghin (IFGW), estando ainda à frente do Departamento de Raios Cósmicos, Cronologia, Altas Energias e Léptons.

Em 1969, ele e sua equipe obtiveram resultados importantes na investigação das chamadas fireballs, fenômenos associados às interações de partículas em altíssimas energias. Contudo, a dimensão de sua presença na universidade é revelada com especial força nos relatos e testemunhos de quem conviveu diariamente com ele. Ex-alunos e colaboradores o descrevem como um mestre de conhecimento extraordinário, exigente e profundamente comprometido com a Ciência.

Entre os seus admiradores, o físico Edison Shibuya, que mantém vínculo com a Unicamp como professor aposentado e professor colaborador do Departamento de Raios Cósmicos e Cronologia (DRCC) do IFGW, conviveu muitos anos com Lattes.

REPRODUÇÃO/AGÊNCIA DO SENADO



Em homenagem a ele, o CNPq deu à plataforma que cadastra cientistas e pesquisadores o seu sobrenome: 'Plataforma Lattes'

Em 2005, após a morte de'mestre', Shibuya deu uma entrevista ao Jornal da Unicamp. "Quando eu vim para cá, não me sentia muito à vontade na presença do prof. Lattes, já na época uma personalidade mundial. (...) "Lembro-me, por exemplo, que em 1977, quando eu era o seu orientado na tese de doutoramento, ele me disse, durante a leitura de um texto: 'Olha, não vamos continuar essa discussão enquanto você não parar com esse negócio de me chamar de senhor e/ou professor'. Foi uma dificuldade razoável devido à minha ascendência. (...) Ele sabia disso e me cutucou (...)", relembrou na época.

O reconhecimento da expertise e trajetória de Lattes veio de instituições brasileiras e internacionais. Entre as distinções recebidas, o Prêmio Einstein, em 1950; o Prêmio Fonseca Costa, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1958; o Prêmio Bernardo Houssay, da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1978; e a Medalha Santos Dumont, em 1989. Entre 1949 e 1954, Lattes foi indicado pelo menos sete vezes ao Nobel de Física.

Pela Unicamp, recebeu os títulos de Prof. Emérito e Doutor Honoris Causa, em 1986.

Um episódio pode ajudar a dimensionar o seu comprometimento com a formação de jovens cientistas. Ao receber o prêmio "Bernardo Houssay", destinou metade do valor aos estudantes que chegavam à Unicamp e enfrentavam dificuldades financeiras para permanecer na universidade. Essa decisão exemplifica a preocupação genuína que acompanhou: a Ciência precisa de talentos e de oportunidades.

Aposentado pela universidade em 1986, César Lattes permaneceu ligado à identidade da instituição até falecer vítima de uma parada cardíaca em Campinas, no dia 8 de março de 2005, aos 80 anos. Seu nome, entretanto, mantém-se vivo e presente na ciência brasileira. A Plataforma Lattes, referência nacional para o registro da produção acadêmica e científica, foi batizada em sua homenagem.

Mais do que uma sequência de prêmios e descobertas, a trajetória do físico na Unicamp revela a história de um cientista que ajudou a transformar um projeto universitário em um ambiente de pesquisa e formação de excelência.